

Atitudes de jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública – variáveis que determinam as atitudes face aos Polícias

Daniel Almeida Dias

Mestre em Ciências Policiais

 <https://orcid.org/0000-0001-7480-6443>

DOI: <https://doi.org/10.57776/pn1x-5s85>

RESUMO

Os jovens são um dos vários grupos sociais com os quais os Polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP). Inseparáveis das relações inerentes à vida em sociedade, são as percepções avaliativas que surgem relativamente aos Polícias e à sua atuação, sendo as dos jovens importantes e peculiares, tanto por poderem definir as suas atitudes enquanto adultos, como por poderem afetar a disponibilidade destes em cooperar com os Polícias. Para uma melhor compreensão do tema em estudo, desenvolve-se, na presente investigação, o construto das atitudes no âmbito da Psicologia Social, procurando-se, posteriormente, explorar e esclarecer os fenómenos no tecido social responsáveis pela construção e formação das atitudes dos jovens relativamente aos Polícias da PSP.

Os resultados obtidos permitem concluir que, considerando os jovens que interagiram direta e indiretamente com os Polícias, a satisfação com as interações indiretas e diretas com os Polícias são as variáveis que mais influenciam as atitudes gerais e percepções sobre a imparcialidade relativamente aos mesmos, constatando-se também que as atitudes gerais mais positivas contribuem para uma maior disponibilidade dos jovens em cooperar com os Polícias, mas as percepções sobre a imparcialidade não.

Palavras-chave: atitudes, cooperação, jovens, Polícias da PSP.

Attitudes of young people towards the Public Security Police - variables that determine attitudes towards police officers

ABSTRACT

Youth is one of the several social groups with whom the policemen from Polícia de Segurança Pública. Inseparable from the relations inherent to social life are the evaluative perceptions that arise concerning the policemen and their practices, being those of the youth important and peculiar, both because they can define their attitudes as adults and because they can affect their willingness to cooperate with the police. For a better understanding of the subject under study, the present research develops the construct of attitudes within the scope of Social Psychology, subsequently exploring and clarifying the phenomena in the social fabric responsible for the construction and formation of attitudes towards the policemen of PSP, to be able to analyse the influence of these variables on the general attitudes and on perceptions of bias, and to understand which ones have the biggest impact. The results obtained allow us to conclude that, considering the youth who interacted both directly and indirectly with the police, satisfaction with the indirect and direct contacts with police are the variables that most influence general attitudes and perceptions of bias toward them, also finding that more positive general attitudes contribute to a greater willingness of youth to cooperate with police officers, while perceptions of bias do not.

Keywords: attitudes, cooperation, youth, PSP policemen

Introdução

O presente estudo submete-se à natureza interdisciplinar das Ciências Policiais, que usufruem dos saberes da Criminalística, Direito Penal, Sociologia, entre outras disciplinas. Foca-se, mais precisamente, no conhecimento da Psicologia Social, que se ramifica da área da Psicologia, no sentido de aprofundar conhecimentos sobre a temática em questão. Desta feita, através dos construtos estudados nesta disciplina, torna-se possível aprimorar o conhecimento quanto às atitudes de jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública (PSP), tema que se cruza com a linha temática “Atitudes sociais perante a ação policial”.

Constata-se que, na sociedade atual, os Polícias são escrutinados pelo público, algo que é intrínseco à sua função por estarem frequentemente expostos ou em interação com o mesmo (Antunes, 2019). Como indica Poiares (2018), o serviço policial ultrapassa a concessão de uma força coerciva do poder político, tendo este que se ajustar às opiniões sociais cada vez mais incisivas. A preocupação com a forma como os indivíduos percebem os Polícias e a forma como atuam, ganha relevo, principalmente quando se considera que os cidadãos são a peça central da atividade policial e que o comportamento dos Polícias transparece a maturidade de uma democracia (Clemente, 2010).

Tendo em conta que a sociedade e cada indivíduo nela inserido adotam posições dinâmicas que se moldam com estímulos e interações no tecido social (Montuschi, 2003), torna-se importante que a PSP considere o fenómeno supramencionado e compreenda a sua relevância. Com este conhecimento, poderão ser evitadas, por exemplo, representações que gerem interações polémicas e que “ancoram no conflito implícito ou explícito entre grupos sociais” (Vala, 1997, p. 7) ou, por outro lado, atitudes negativas que possivelmente podem originar ações negativas para com os Polícias (Kassin, Fein, Markus & Brehm, 2013; Freire & Fonte, 2007).

1. Enquadramento temático e justificação do tema

No contexto da vida em sociedade produzem-se múltiplas interações entre os indivíduos, grupos sociais e instituições que a integram (Diani, 1992), onde se criam conceitos, significados e regras pelos quais se regem as relações sociais e se originam os comportamentos sociais (Montuschi, 2003).

Para analisar estas relações, nas Ciências Sociais são estudados os objetos sociais, que, de acordo com a teoria das representações sociais, são explicados ou construídos pelos indivíduos nas interações sociais (Vala, 1996). Montuschi (2003), aponta que estes objetos são plurifacetados podendo ser observados de diferentes perspetivas. Não são como os naturais porque “não são independentes das atividades que influenciam (...) não são identificados de forma independente da sua prática empírica (...) não existem sem as concepções dos Polícias sobre o que fazem nas suas atividades” (p. 14). Por isto, e por assim se tornar mais fácil analisar, generalizar e compreender o comportamento humano, são observados os tipos de pessoas e não as pessoas, são classificados os atos em vez de cada ato ser visto de forma individual e são analisados os padrões das ações (Montuschi, 2003).

Lane (2017) indica que a Psicologia é a Ciência Social que se ocupa do comportamento do ser humano, expressando-se este em ações (desde reflexos, comportamentos conscientes e inconscientes), para posteriormente se encontrarem padrões e leis gerais que as permitam prever, tendo em conta o meio do qual o sujeito faz parte. Sendo estas ações influenciadas pelo meio, existirá certamente uma influência social devido, por exemplo, à linguagem, sistema de valores e cultura presentes (Lane, 2017). Ocupa-se desta área de investigação a Psicologia Social, que Baron, Byrne e Suls (1989) afirmam ser o “campo científico que tenta compreender a natureza e as causas do comportamento individual em situações sociais” (p. 6). Gold e Douvan (1997) dividem ainda os objetos de estudo desta disciplina em três vertentes: a que se ocupa do psicológico (processos cognitivos); a que tenta compreender as dinâmicas sociais; e a que lida com as interações dos interesses sociais e psicológicos ou individuais.

Na relação que os indivíduos têm com as forças de segurança, decorrem, inevitavelmente, processos psicossociais de onde se formam novas crenças, pensamentos, sensações e ações face ao objeto Polícias, que podem ser estudados através dos construtos das Ciências Sociais – como as opiniões, valores, percepções, representações sociais, atitudes e

até pontos de vista face ao objeto social (Bergman, 1998; Sammut, 2015). Para se compreenderem e transparecerem os fenómenos sociais, são então necessários determinados conceitos, sendo as atitudes o mais relevante para esta investigação.

É um construto antigo e trata-se, ainda hoje, de um dos mais distintos e indispensáveis para a Psicologia Social, com uma influência notável para as Ciências Sociais (Eagly & Chaiken, 1993; Wood & Fabrigar, 2015). Abrange diversas áreas de investigação como, por exemplo, as atitudes face ao voto político; do consumidor; do operário; face à natalidade; face à morte; à doença, à pandemia, às alterações climáticas, entre muitas (Johnson & Junker, 2014), sendo, de modo geral, determinantes para as escolhas das pessoas (condutas) no decorrer da sua vida e para o auxílio na delimitação de possíveis consequências das mesmas (Petty & Wegener, 1998). Servirá assim para o estudo da predisposição mental de indivíduos relativamente a um determinado objeto social, neste caso os Polícias da PSP e a sua atuação.

A identidade, as funções e as ações das organizações policiais, bem como a conformação com estas últimas, são fatores fundamentais para as perceções dos indivíduos face às mesmas, podendo afetar os comportamentos quando com estas deparados (Reynolds, Estrada & Nunez, 2018)

Realça-se assim a importância do estudo das atitudes, tanto devido à capacidade de tornarem possível prever a cooperação e conformidade com os Polícias (Papachristos, Meares & Fagan, 2012; Fine, Padilla & Tom, 2020) como também, porque, de acordo com Fine et al. (2020), as perceções positivas da atuação policial estão associadas à “obediência à lei, à denúncia de crimes e à cooperação nas investigações (Fagan & Tyler, 2005; Sunshine & Tyler, 2003; Trinkner et al., 2018; Tyler, 1990; Walters & Bolger, 2018)”, enquanto que as perceções negativas “podem originar crimes e outros comportamentos ilícitos, bem como à reincidência criminal (Hinds, 2007; Trinkner, 2012; Trinkner & Cohn, 2014; Tyler & Trinkner, 2018)” (p. 4). O foco nas atitudes dos jovens deve-se, tanto à existência de uma tendência destas em se correlacionarem com os comportamentos futuros de forma mais consistente, como devido ao facto das mesmas se formarem durante o desenvolvimento do indivíduo, persistindo da adolescência para a vida adulta e, depois, ao longo desta (Murphy, 2015; Fagan & Tyler, 2005).

2. Problemática da investigação e objetivos

A pergunta de investigação passa por perceber “Que fatores influenciam as atitudes dos jovens relativamente aos Polícias da PSP?”. São objetivos deste trabalho: identificar e descrever as atitudes face aos Polícias da PSP de uma amostra de jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos; perceber quais as variáveis que, na literatura, determinam, com maior ou menor influência estas atitudes; identificar a razão dos diversos fenómenos observados; e compreender, em conformidade com os resultados obtidos, onde se deve a PSP focar para melhorar estas perceções, o que poderá servir de apoio à formulação de estratégias para reforçar e aprimorar as ligações com este grupo, promovendo perceções positivas, tanto enquanto jovens, como posteriormente na vida adulta.

Ao identificarem-se as variáveis que determinam as atitudes dos jovens relativamente aos Polícias, esta investigação poderá contribuir, tanto para o conhecimento científico que auxilia ou justifica a tomada de decisão, como para uma noção mais clara sobre a origem e caracterização das atitudes dos jovens e as quais as suas consequências.

3. Conceito de atitude nas Ciências Sociais

Todas as manifestações dos processos cognitivos e afetivos, tanto individuais como coletivas, entendem-se como pensamento social (Vala & Castro, 2013). Já as representações sociais tratam-se tanto da “substância simbólica que entra na elaboração” das relações e interações sociais, como da “prática que produz a dita substância” (Moscovici, 1979, p. 41) e o seu estudo, de forma semelhante ao das atitudes, tenta compreender o comportamento humano. Moscovici em *La Psychanalyse, son Image et son Publique* em 1961, trouxe uma nova noção do conceito, fornecendo-lhe uma natureza psicológica. Desta obra conclui-se que o indivíduo representa os fenómenos sociais sempre com uma certa dependência da experiência de vida, do meio e contexto em que se insere (Moscovici, 1978).

Neste âmbito surge a percepção, que se relaciona com as atitudes por se referir à interpretação de estímulos com base na experiência, ou seja, ao fenómeno que permite aos organismos interpretarem ou estruturarem sensações para se produzirem ou perceberem experiências (Lindsay & Norman, 2013), decifrando-se daqui que, no mesmo contexto social, duas pessoas podem ter interpretações da realidade diferentes, não sendo afetadas da mesma forma (Morgan, 2016). Como exemplo, um elemento da PSP e a sua conduta podem ser percebidos diferentemente, seja como rude ou como amigável, na mesma situação.

Para Moscovici (1978) a opinião é instável e pode-se considerar como um processo onde, individualmente, o sujeito se foca em questões específicas. Este conceito "representa uma posição mental consciente, manifesta sobre algo ou alguém" (Ander-Egg, 1978 cit in. Marconi & Lakatos, 2017, p. 112), sendo, no fundo, uma perspetiva da realidade ligada a um raciocínio onde predomina o componente cognitivo, contrariamente à atitude onde predomina o afetivo (Marconi & Lakatos, 2017). Existem ainda autores que não diferenciam os construtos (McGuire, 1985; Bergman, 1998).

Por sua vez, os valores referem-se às posições mentais relativamente estáveis, embutidas com afeto que se relacionam com objetivos e ideologias de vida e formas de conduta (Schwartz & Bilsky, 1987) e que "transcendem ações e situações específicas e orientam a percepção, a avaliação e o comportamento" (Bergman, 1998, p. 86).

Em conformidade com Bohner e Dickel (2011), as definições das atitudes caracterizam-nas ou como "construídas no local a partir de informações acessíveis, ou por entidades estáveis que são armazenadas na memória" (p. 411) e ambos os modelos teóricos têm os seus pontos fortes e fracos. É esta última corrente de pensamento que persiste na grande parte das teorizações do construto, dando-se como resposta às prévias críticas e inconsistências supracitadas, por um lado, a diferenciação entre atitudes conscientes e controladas daquelas, como oposição, implícitas (Greenwald & Banaji, 1995), e por outro, pela possibilidade de existirem dissonâncias cognitivas, ou seja, diferentes atitudes perante o mesmo objeto (Festinger, 1957; Kassir et al., 2013). Esta dissonância que pressupõe modelos distintos de formação ou alteração das atitudes é estudada por DeFleur e Westie (1963), de onde se inspiram, mais tarde, Petty e Cacioppo (1984) e Chaiken e Eagly (1983) apresentando teorias que suportam a existência da dualidade de processos, podendo estes divergir entre inconscientes e conscientes (atitudes implícitas e explícitas, respetivamente).

Numa perspetiva sociológica realça-se de forma complementar o conceito de *habitus*, que Bourdieu (2007) apresenta como resultado da história e cultura formada numa determinada comunidade ou sociedade, que aglomera as diversas experiências dos indivíduos que as integram (Araújo & de Oliveira, 2013), e que define como o "sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes" (Bourdieu, 2007 cit in. Araújo & de Oliveira, 2013, p. 218).

3.1. Funções e dimensões das atitudes

Allport (1935) começou por referir que as atitudes são determinantes nas nossas ações, referindo-se às mesmas como "o nosso método para encontrar o nosso caminho num universo ambíguo" (p. 806). Mais tarde, de acordo com Banaji e Heiphetz (2010), Katz (1960) apresenta um dos mais significativos esclarecimentos das funções das atitudes, enumerando quatro encargos das mesmas.

Banaji e Heiphetz (2010) sintetizam a estruturação que este autor realiza, apresentando primeiramente a função utilitarista. Esta permite ao indivíduo procurar o melhor para si e evitar o que lhe é mau, por exemplo, procurando as recompensas e evitando punições, ou levando-o a identificar-se ou não com determinados grupos sociais. A segunda função prende-se ao conhecimento e cognição do sujeito, que lhe concede a capacidade de compreender a situação em que se encontra. A terceira tem que ver com a necessidade de defesa ou reforço do ego, onde o indivíduo segue uma preferência promotora da autoestima e protetora quanto a sentimentos de inferioridade e preconceitos nas constantes comparações que percebe entre si e o que o rodeia. Por último, as atitudes servirão também para ajudar a expressar valores e intenções que representam a essência do indivíduo, algo que se tem demonstrado como gratificante e recompensador por permitir a autoafirmação ao mesmo. As atitudes que possuem esta função são normalmente resistentes à mudança e reafirmam os compromissos individuais referentes a um determinado comportamento.

Considerando o que elucidam Bohner e Dickel (2011), é ainda de realçar que a proeminência das atitudes na Psicologia Social, advém da crença de que estas podem moldar o pensamento ou a forma como a informação é recebida pelo indivíduo, podendo também alterar o seu comportamento. Autores como Crano e Prislin (2006) e Bohner e Dickel (2011), detalham a teoria por detrás desta influência que, sumariamente, considera que a correlação entre atitudes e comportamentos está longe de ser linear, mas que de facto existe, tendo afirmado Kraus (1995), numa extensa meta-análise, que “as atitudes preveem significativa e substancialmente o comportamento futuro” (p. 58). Bohner e Dickel (2011) indicam ainda que as pessoas têm a capacidade de selecionar, filtrar e compreender a informação com base nas suas atitudes e que as “investigações sobre as atitudes como precursoras do comportamento mostram que medidas implícitas de atitude predizem comportamento espontâneo e menos controlável, enquanto medidas explícitas de atitude predizem comportamento deliberativo e mais controlado” (p. 412) estando, de facto, a influência comprovada em determinadas circunstâncias. Assim, é consensual que em contextos específicos e já delineados por autores como Glasman e Albarracín (2006), as atitudes conseguem prever os comportamentos futuros, havendo uma correlação considerável (Albarracín et al., 2019), onde as pesquisas precisam que é dependente da pessoa, da sua predisposição em avaliar o objeto, da situação, da atitude em análise e da forma como esta é medida (Banaji & Heiphetz, 2010).

3.2. Formação e mudança das atitudes: fatores que as influenciam

“As diferenças na conceptualização e medição das atitudes, têm suporte na compreensão teórica da mudança das atitudes” (Bohner & Dickel, 2011, p. 396). Quando falamos das formações ou mudanças nas atitudes, alguns autores, como Albarracín e Vargas (2010), entendem que esta nasce tanto de fatores biológicos, que se referem às “bases genéticas e biológicas de padrões gerais de valências de afetividade e estimulação” e de fatores ambientais, que podem ser “ativos ou passivos, e influenciam respostas afetivas, cognitivas e comportamentais” (p. 395). No entanto, a visão mais consensual e cientificamente sustentada vai ao encontro desta última ideia relativa à construção das atitudes devido ao meio e às condições sociais (Eagly & Chaiken, 1993).

Um dos fatores que Albarracín e Vargas (2010) mencionam concerne então à influência da informação proveniente do meio que rodeia o indivíduo sobre atitudes, que vão desde fenómenos de persuasão subliminar e inconsciente aos efeitos das experiências diretas, onde tanto as atitudes conscientes como inconscientes são moldadas pela interação com o ambiente em que o indivíduo se insere, podendo a mudança surgir, por um lado, pela simples exposição repetida ao objeto ou, por outro, pelas experiências diretas ou indiretas, que tendencialmente se correlacionam de forma significativa com o comportamento (Albarracín & Vargas, 2010).

Por último, os autores debruçam-se sobre a persuasão e influência social, descrevendo vários mecanismos e técnicas que têm vindo a ser desenvolvidas e estudadas e que, no fundo, se baseiam no pressuposto da alteração de uma atitude por meio de estímulos do ambiente em que se insere o sujeito. Por exemplo, se um sujeito perceber um ambiente ativo em que considera que existe uma tentativa de o influenciarem, pode reagir com autodefesa, ou seja, ao perceber um ambiente estar a ser influenciado, como reação, procura resistir. Referem ainda que tem emergido uma maior atenção ao papel do pragmatismo para complementar a ideia das mensagens persuasivas com base em meras informações.

Mais recentemente, Albarracín et al. (2019) delinearão os fatores responsáveis pela formação ou alteração das atitudes, abordando como exemplo, a importância e influência da experiência direta com a entidade, da mera exposição (ou seja, o facto de que a repetida exposição a um estímulo com o objeto molda a atitude), do condicionamento avaliativo (que se baseia na presença de um estímulo ou atributo de uma entidade ou objeto, não relacionado com a entidade atitudinal, criando assim uma correlação mental inconsciente entre os dois), da exposição seletiva (onde se considera a capacidade individual da não exposição a informações que contrariem a atitude já formada), das motivações e objetivos pessoais, da exposição à informação relativa à entidade, da comunicação persuasiva e dos comportamentos entre o indivíduo e a entidade.

Destaca-se que as experiências diretas (onde se incluem também as virtuais ou indiretas) com o objeto, são um fator com uma grande correlação com o comportamento (Albarracín et al., 2019). Realça-se também que, inversamente ao supramencionado, o próprio comportamento pode influenciar as atitudes quando este não vai ao encontro das mesmas. Visser (2010) e Albarracín et al. (2019) indicam que quando se criam inconsistências internas no indivíduo devido à

incongruência que cria na sua mente entre um comportamento e uma atitude, estas levam-no, por vezes, a mudar a sua atitude, alinhando-a em função do comportamento passado através da autorreflexão.

Em suma e de forma complementar, Kassim et al. (2013) assinalam que estas formações e alterações são “parte importante da vida social” podendo surgir tanto pela comunicação de terceiros através de “jornais, lixo eletrónico, livros, anúncios televisivos, blogs, sites e outros meios” (p. 249) onde existe tanto o mérito do comunicante como outros fatores superficiais e indiretos, que possivelmente originam a alteração do comportamento ou a alteração autónoma da atitude, quando esta é incongruente com um comportamento ou com as verdadeiras convicções pessoais. Deduz-se também que o contexto social, as experiências com o objeto e as variáveis sociodemográficas, são fatores que poderão influenciar as atitudes, algo que é demonstrado em diferentes estudos (ver Ouarasse & van de Vijver, 2005; Wardle & Steptoe, 2003; Michael & Joanne, 2007; Visser & Mirabile, 2004; Rohde & Rohde, 2011).

3.3. Atitudes relativamente aos Polícias (ARP)

As atitudes relativamente aos Polícias (ARP) podem ser compreendidas ao se averiguar o que os investigadores procuram avaliar nesta temática que, de acordo com Webb (2007), as pesquisas baseiam-se principalmente nas “perceções dos cidadãos sobre desempenho policial, crenças relativas à conduta policial, avaliações das características de elementos policiais e as preferências civis dos deveres e práticas policiais” (p. 73-74).

As ARP podem também ser compreendidas ao se estudar a literatura existente sobre a justiça procedimental, que será a ideia que “todos os aspetos dos procedimentos legais são justos e imparciais; estes incluem as perceções dos indivíduos sobre as leis, aplicação da lei, juizes, julgamentos e todos os outros aspetos do sistema de justiça criminal (Tyler, 1988, 2006)” (Nadal & Davidoff, 2015, p. 2). Pode subdividir-se em aspetos como a justiça distributiva, o envolvimento da comunidade, a confiança, a imparcialidade, a legitimidade e eficácia (Jackson & Bradford, 2019), e é com base na mesma que se investigam nas atitudes determinados atributos presentes na conduta policial, como as perceções quanto à eficácia, ética, civismo, integridade e imparcialidade, entre outros, que se interligam com a perceção da legitimidade da atuação policial (Trinkner & Tyler, 2016; Jackson & Bradford, 2019), bem como com a “disponibilidade em cooperar ou reportar crimes (Bennett e Wiegand, 1994; Silver e Miller, 2004; Warner, 2007)” (Nadal & Davidoff, 2015, p. 1).

Seguindo as ideias de Tyler (1988, 2006), Nadal e Davidoff (2015) referem que aqueles com perceções negativas sobre a justiça procedimental têm maior probabilidade de serem diagnosticados com problemas de saúde mental e terem menos confiança com o sistema legal. Já no caso oposto, “têm maior probabilidade de obedecer à lei e até apoiar os Polícias (Sunshine and Tyler, 2003; Tyler and Wakslak, 2004)” (p. 2) o que vai ao encontro do já referido sobre as ARP. Do mesmo modo, Wu, Lake & Cao (2013) indicam que se os cidadãos percecionarem que os Polícias são justos, reconhecem os seus direitos, tratam-nos com respeito e dignidade nas interações que com estes têm e, ao mesmo tempo, se preocupam com as suas causas ou valores, existe uma maior tendência para que estes venham a cooperar e até a cumprir a lei de forma mais consistente.

Jackson e Bradford (2019) complementam esta ideia, afirmando que se trata de um modelo teórico onde existe uma tendência ideológica de um policiamento pelo consentimento e apoio social, que surge de uma geração que acredita no consenso e no que é certo e não na coercividade e nos interesses individuais. Estes mencionam vários pontos que a teoria prevê, dos quais se destaca que a imparcialidade, as decisões justas, o respeito e a forma de interação das autoridades do sistema de justiça, são muito importantes para moldar o comportamento e para fortalecer os laços entre as instituições deste sistema com os cidadãos.

A especificidade da estrutura das atitudes é observável nas ARP. Alguns autores defendem que a melhor forma de observar o construto é ao analisá-lo de forma unidimensional (Maguire & Johnson, 2010), havendo diferentes autores a seguir esta ideia (ver Nihart et al., 2005; Wu et al., 2013), enquanto outros autores preferem a sua análise na forma multidimensional (ver Brown & Benedict, 2002; Jackson & Bradford, 2019). Quando se estudam as ARP, a dimensionalidade refere-se à análise conjunta ou separada de determinadas crenças relativas aos atributos que se associam à atuação policial (ver Nadal & Davidoff, 2015; Brown & Benedict, 2002; Jackson & Bradford, 2019).

Nas escalas de medição das atitudes, a componente afetiva é observada como os sentimentos face aos Polícias (ver Nihart et al., 2005), e a componente cognitiva é então interpretada como as crenças relativas a avaliações sobre os atributos

associados à atuação dos Polícias (ver Nadal & Davidoff, 2015; Jackson & Bradford, 2019; Brown & Benedict, 2002; Dunham & Alpert, 1988; Webb & Marshall, 1995; Wu et al., 2013). A componente comportamental foca-se, maioritariamente, na vontade do indivíduo em cooperar com os Polícias (Avdija, 2010; Jackson & Bradford, 2019). Destaca-se que as funções específicas da Polícia apresentam percepções mais negativas comparativamente a avaliações sobre a organização em geral (Brown & Benedict, 2002).

3.4. Importância das atitudes relativamente aos Polícias (ARP)

Para se compreender a importância das ARP e para demarcar a pertinência desta investigação, realça-se que estas são, de forma consensual, determinantes para o comportamento e cooperação dos indivíduos com os Polícias (Hinds, 2009; Webb, 2007) e que podem influenciar o cumprimento da lei e ordem política, a legitimidade do Estado, a resistência à autoridade e a eficácia do trabalho policial (Bridenball & Jesilow, 2008). Considerando que as atitudes afetam a cooperação com os Polícias, Webb (2007) afirma que as ARP têm vindo a ganhar relevo com o aparecimento do policiamento comunitário, semelhante ao policiamento de proximidade em Portugal (Elias, 2018), pelo tipo e frequência de contacto que esta forma de policiamento gera com os cidadãos.

3.5. Importância das atitudes de jovens relativamente aos Polícias (ARP).

Quanto aos jovens, é necessário ter em conta que “o Estado e a comunidade têm impacto nos processos sociais relativos às novas e mais complexas experiências da juventude, das quais surgem interações sociais que traduzem maneiras de pensar, agir e sentir individuais e grupais” (Carvalho, 2019, p. 79). Wu et al. (2013) revelam um conjunto de literatura que aponta para a escassez de estudos relacionados com as ARP dos jovens em comparação aos adultos, destacando que “os jovens são o futuro de uma nação” e que “muitos deles estarão em posições para influenciar leis, políticas e práticas, incluindo aquelas que afetam a polícia (Cockerham & Forslund, 1975)” (p. 445).

As relações dos jovens com os Polícias são bastante importantes porque estes pertencem a um dos maiores grupos sociais com o qual esta se depara na sua atividade, “especialmente encontros involuntários como abordagens, revistas e detenções (Hurst, Frank, & Browning, 2000; Leiber, Nalla, & Farnworth, 1998)” (Wu et al., 2013, p. 446). Por outro lado, a falta de confiança dos jovens pode reduzir a vontade destes em cooperar com os Polícias, reduzindo assim a sua eficácia e eficiência, podendo também pôr em causa a legitimidade da sua atuação (Hinds, 2009). Isto acontece, principalmente, quando se abordam aspetos como o civismo, a justiça e a imparcialidade nas interações, que se enquadram no conceito de justiça procedimental (Tyler, 2001).

Também neste âmbito, Murphy (2015) aponta que recentes investigações têm vindo a sugerir que os comportamentos face aos Polícias são mais afetados pela percepção que se tem desta enquanto jovem comparativamente aos adultos, isto é, um jovem que tenha uma atitude negativa relativa à mesma, mais facilmente terá também uma ação negativa, algo que é ainda mais preponderante quando têm idades inferiores a 18 anos. Refere ainda que as atitudes dos jovens relativamente aos Polícias afetam as percepções e interações que estes terão na vida adulta. Para além de que as atitudes se formam predominantemente na adolescência e, quando estabelecidas, são mais difíceis de alterar (Fagan & Tyler, 2005).

Apesar de ser um tema pouco abordado, Nihart et al. (2005) acrescentam que os resultados existentes chegam a ser conflituosos, onde alguns apresentam dados que levam a crer que os jovens não confiam nos Polícias, acreditando que usa excessivamente a força, que não contribui para as suas comunidades e que não tem um papel útil na sociedade, mas, por outro lado, outros estudos demonstram que os jovens têm atitudes positivas e acreditam até que esta é muito criticada apesar de realizar bem a sua missão, não recebendo o devido apoio da comunidade. Referem que são também pouco exploradas as razões que mais influenciam essas atitudes. Murphy (2015) conclui ainda que a justiça procedimental é mais importante para os jovens do que para os adultos e que este é um dos aspetos que afeta a cooperação com os Polícias.

Neste sentido, Jesilow, Meyer e Namazzi (1995) acreditam que as críticas dos jovens surgem do facto de estes não compreenderem a sua função e necessidade, ao contrário dos adultos que têm percepções mais ponderadas e não se limitam a criticar. Noutra perspetiva, Webb (2007) refere que a maioria das pesquisas em jovens se focam na delinquência

juvenil, ou seja, em jovens que têm um contacto específico com os Polícias, cujas atitudes são normalmente negativas e difíceis de alterar.

Em Portugal, o estudo das ARP encontra-se numa fase embrionária, existindo estudos que abordam as atitudes de grupos socioprofissionais face aos Polícias da PSP (Medeiros, 2018), as atitudes face à legitimidade e uso da força (Alves, 2016), as atitudes face ao atendimento dos Polícias da PSP (Frias, 2012) e também alguns outros aspetos como a confiança para com a PSP e a perceção sobre as interações com a mesma (Mota, 2010). No que concerne aos jovens, a investigação sobre as ARP é escassa. No entanto, existe um nível elevado de confiança que os cidadãos depositam na Polícia portuguesa, como explana Medeiros (2018), tanto através do *European Social Survey* (2014), como pela análise da *European Commission* (2017), tendo-se mantido esta tendência nos últimos anos, onde se pode verificar que cerca de 71% dos inquiridos no estudo da *European Commission*, (2019), tendem a confiar na Polícia. Neste sentido, é efetivamente importante explorar o tema para melhor se compreender o relacionamento da PSP com uma parte considerável da sociedade portuguesa que serve.

3.6. Fatores associados às atitudes relativamente aos Polícias (ARP)

Como visto, o construto incorpora uma definição ampla, sendo diversos os fatores que têm um papel na sua formação. Quanto às ARP, Medeiros (2018) explana os modelos teóricos que Reisig e Parks (2000) apresentam, referindo-se assim à *Experience with Police*, que pressupõe que “das experiências cumulativas com elementos policiais resulta a satisfação ou insatisfação civil” (p. 34), à *Quality of Life*, que “aglomera as perceções dos cidadãos face à sua vizinhança, considerando que estas afetam diretamente a forma como veem a Polícia” (p. 34) e ao *Neighborhood Context*, “que relaciona as condições de um bairro com a satisfação ou insatisfação grupal” (p. 35). Estes e outros modelos desenvolvidos, em conjunto com várias investigações, permitem identificar diferentes fatores que moldam as ARP.

Numa revisão de literatura a mais de vinte anos de investigações, Brown e Benedict (2002) encontraram uma consistência em determinados fatores que podem afetar e prever as ARP, salientando como tal a raça ou etnia, a idade, as experiências ou interações prévias com os Polícias e ainda a influência do contexto de bairro ou vizinhança (*Neighborhood Context*). No mesmo sentido, tanto Bridenball e Jesilow (2008) como Avdija (2010), apresentam um conjunto de pesquisas que suportam a associação entre a etnia, a idade, o sexo e o estatuto socioeconómico (ESE) e as ARP. O tipo de interação, tanto iniciada pelo cidadão, como iniciada pelos Polícias e a influência dos media também têm sido fatores consistentes (Development Services Group, 2018; Avdija 2010). Leiber, Nalla e Farnworth (1998) referem que tanto, a pertença a grupos minoritários e a determinadas subculturas, como a delinquência juvenil afetam as atitudes dos jovens em relação aos Polícias. Também O'Connor (2008) constatou que os jovens, as minorias, aqueles do sexo masculino, os que haviam sido vítimas de crimes, e aqueles mais insatisfeitos com o contexto de bairro têm atitudes mais negativas relativamente aos Polícias.

Numa realidade mais próxima, Sindall et al. (2016) referem que os jovens podem ter atitudes diferentes porque os Polícias lhes dedicam mais atenção, “normalmente jovens do sexo masculino, de minorias étnicas e jovens da classe trabalhadora (McAra and McVie, 2005; UK Parliament, 2014)” (p. 3), ideia que parcialmente é sustentada por Oberwittler e Roché (2017). Referem também que as perceções dos pais ou tutores das crianças, as perceções do nível de visibilidade dos Polícias, as experiências de vitimização e a idade do jovem podem influenciar as suas atitudes (Sindall et al., 2016).

Webb (2007) salienta que o conhecimento sobre o que afeta as ARP dos cidadãos capacita os gestores das organizações policiais e os decisores políticos de produzirem estratégias que as tornem mais positivas, levando a uma maior “cooperação Polícias-cidadão e à coprodução da segurança pública” (p. 74). O estudo das ARP será assim útil para a PSP conhecer as perceções do público e moldar, em conformidade, a sua forma de atuação. Sabendo o que afeta e gera a mudança atitudinal poder-se-ão compreender os mecanismos que as podem melhorar, que são claramente relevantes (Bridenball & Jesilow, 2008) e que permitirão manter a referida confiança da população ou melhorar as atitudes para com a organização e os seus profissionais.

3.7. Interações com os Polícias

Observando o trabalho de Murphy (2015), Oberwittler e Roché (2017) e Sindall et al. (2016) surge a ideia de que, tendencialmente, os jovens são um grupo sujeito a um maior número de interações com os Polícias, particularmente os do sexo masculino ou pertencentes a grupos minoritários. Uma interação com um polícia pode-se definir como todo e qualquer contacto com os Polícias das forças de segurança, sendo esta variável medida pelos contactos diretos, mas também pelos indiretos (Ren, Cao, Lovrich & Gaffney, 2005). As interações diretas consubstanciam-se num contacto iniciado pelo cidadão – voluntário –, ou num contacto iniciado pelos Polícias – involuntário – sendo ambos influentes para as atitudes, onde os involuntários tendencialmente dão origem a atitudes mais negativas (Lima & Nassaro, 2011, Schafer et al., 2003). Já as interações indiretas serão as observações ou o conhecimento, por parte de um indivíduo, de experiências com os Polícias que não vivenciou diretamente, e que também têm uma tendência de afetar a construção ou modificação das ARP (Rosenbaum et al., 2005). As interações são relevantes para a formação das atitudes do indivíduo (Oberwittler & Roché, 2017; Caliso et al., 2017; Avdija, 2010; Bradford, Jackson & Stanko, 2009).

As interações tendem a influenciar as atitudes, tanto por simplesmente terem acontecido, como pela qualidade da interação, ou seja, a satisfação com a mesma (Rosenbaum et al., 2005). A menor satisfação com os contactos, tende a se correlacionar com “perceções menos favoráveis dos Polícias no geral (Campbell & Schuman, 1972; Jacob, 1971; Smith & Hawkins, 1973)” (Schafer et al., 2003, p. 446). Webb (2007), explica que quanto melhor for uma interação entre o polícia e o cidadão, mais positivas são as posteriores atitudes, e que as atitudes relativas a uma interação específica com os Polícias, podem não expressar as atitudes gerais relativamente à instituição policial. Apesar de, com jovens, Mbuba (2010) não aferir importância a este fator, Wiley e Esbensen (2016), por outro lado, conferem que o contacto prévio é significativo para as atitudes dos mesmos face aos Polícias. No mesmo sentido, Nihart et al. (2005) evidencia a relevância do contacto com os Polícias dizendo que, normalmente, “tem sido correlacionado com atitudes menos favoráveis (Griffiths e Winfree 1982; Hurst e Frank 2000; Janeksela 1999; Jones-Brown 2000; Leiber et al. 1998)” (p. 80).

Existem ainda outros fatores que se poderão assumir como relacionados com os contactos com os Polícias, isto porque, como refere Webb (2007), muitos estudos se focam na relação da delinquência com as ARP. Esta tem sido relacionada com atitudes mais negativas relativamente aos Polícias (Leiber et al., 1998), sendo que a delinquência mais gravosa estará mais significativamente associada a atitudes mais negativas (Brick, Taylor & Esbensen, 2009). Hammond et al. (2008) constataram esta tendência na relação entre as ARP e os estudantes que consumiam estupefacientes ou que tinham mais comportamentos desviantes. Da mesma forma, Giordano (1976) concluiu que o envolvimento em comportamentos delinquentes se relaciona com perceções menos positivas dos Polícias. As atitudes de um jovem são então, tendencialmente, influenciadas pela delinquência, ou seja, o cometimento de crimes ou incivildades (Wu et al., 2013; Leiber et al., 1998).

É também importante referir que, não só os jovens que incorrem em atividades ilícitas ou criminosas, mas também aqueles que tiveram experiências como vítimas têm, tendencialmente, perceções mais negativas relativamente aos Polícias (Murphy, 2015; Chow, 2011; Walters, 2019). Existem estudos que se focam na vitimação prévia, de onde se observa que as “vítimas de crimes têm atitudes menos favoráveis do que as não-vítimas (Payne & Gainey, 2007; Priest & Carter, 1999), inclusive entre os menores (Brick et al., 2009; Hurst & Frank, 2000)” (Wu et al., 2013, p. 451). No entanto, este impacto pode ser considerado pelo facto das vítimas não se sentirem satisfeitas quando reportam crimes (Nadal & Davidoff, 2015; Brick et al., 2009). As atitudes podem ainda ser influenciadas pelo facto de um jovem ser abordado e identificado, fiscalizado ou revistado numa situação de *Stop and Search* (Oberwittler & Roché, 2017). Também os contactos indiretos, nomeadamente o conhecimento sobre interações dos Polícias com outras pessoas, afetam as atitudes, onde se incluem as interações percebidas nos órgãos de comunicação social (OCS) ou as redes sociais, ou através de outras pessoas (Rosenbaum et al., 2005).

Leiber et al. (1998) concluem que os jovens tendem a formar as suas perceções com base na experiência dos pares, ou seja, do contacto indireto com os Polícias, sendo rapidamente ampliadas as crenças entre os grupos formados por estes, tanto no sentido positivo como negativo, salientando que as perceções negativas são consistentes. Os OCS apresentam ao público diversas interações, positivas e negativas, contribuindo tanto para a legitimidade, como para a descredibilização da atuação policial (Lawrence, 2000). Edwards (1983) desenvolve esta constatação, expondo que uma grande maioria

dos sujeitos obtêm informações de outros e não da sua própria experiência com os Polícias quando formam as suas atitudes, realçando aqui a importância dos OCS. Dowler (2002) constata que a exposição a este meio se relaciona com atitudes mais negativas e Chermak, McGarrell e Gruenewald (2006) afirmam que quanto mais notícias são lidas, mais culpa é atribuída aos Polícias.

Relativamente aos media tradicionais, mais precisamente a internet e redes sociais, Intravia, Wolff e Piquero (2018) concluem que os jovens que lêem notícias online têm tendencialmente atitudes mais negativas relativas à legitimidade da atuação policial, sendo este fenómeno mais preponderante nas redes sociais. Intravia, Thompson e Pickett (2020) apresentam resultados semelhantes, concluindo que este fenómeno se relaciona com as ideologias políticas, mas não com a etnia. Também Nunes (2019) constata que as redes sociais têm um impacto nas perceções dos indivíduos relativamente à PSP.

4. Modelo de Investigação

A literatura disponível e consultada sugere que existe uma correlação entre as atitudes de jovens relativamente aos Polícias e o sexo, a pertença a um grupo social minoritário, o ESE, o contexto de vizinhança, situações prévias de delinquência ou de vitimação, as abordagens por Polícias e as interações prévias, diretas (tanto voluntárias, como involuntárias) e indiretas, com os Polícias, bem como a satisfação com as mesmas. Sugere também que a positividade ou negatividade das atitudes se relaciona com a disponibilidade em cooperar com os Polícias e que muitas das variáveis independentes poderão estar relacionadas com a frequência e satisfação com os contactos com estes. Apesar de se ter compreendido que existe, possivelmente, uma influência das ARP sociais nas ARP do indivíduo, nomeadamente de pessoas próximas e familiares, esta relação não foi considerada pela dificuldade em medir tais atitudes.

Face ao exposto, procurou-se analisar as correlações isoladas entre estas variáveis e as atitudes relativamente aos Polícias da PSP, bem como criar um Modelo de Equações Estruturais (MEE) para compreender a influência destas variáveis tendo em conta o impacto da satisfação com as interações com os Polícias. Este modelo permite responder de forma mais completa à pergunta de partida por possibilitar a estimação simultânea de uma série de equações múltiplas distintas, mas que se inter-relacionam, tal como a literatura sugere ocorrer no caso das atitudes de jovens face à Polícia (Klem, 1995; Maruyama, 1998).

4.1. Hipóteses do estudo

As hipóteses desta investigação são as seguintes:

H1: As variáveis sociodemográficas, nomeadamente, o sexo, a pertença a um grupo social minoritário, o ESE, o contexto de vizinhança, a pertença a um grupo social minoritário étnico, sexual, religioso ou nacional estão correlacionadas de forma significativa com as atitudes de jovens relativamente aos Polícias.

H1a: Jovens com estatutos socioeconómicos mais baixos tendem a ter atitudes mais negativas.

H1b: Jovens oriundos de contextos degradados e com menor segurança e piores relações com os Polícias tendem a ter atitudes mais negativas.

H1c: Jovens pertencentes a minorias tendem a ter atitudes mais negativas.

H1d: Jovens do sexo masculino tendem a ter atitudes mais negativas.

H2: As interações com os Polícias da PSP e o grau de satisfação com as mesmas estão correlacionados de forma significativa com as atitudes de jovens relativamente aos Polícias.

H2a: Jovens com menor satisfação pelos contactos involuntários com os Polícias tendem a ter atitudes mais negativas.

H2b: Jovens com menor satisfação pelos contactos voluntários com os Polícias tendem a ter atitudes mais negativas.

H2c: Jovens com menor satisfação com contactos indiretos com os Polícias têm atitudes mais negativas.

H3: Situações específicas que originaram interações dos jovens com Polícias, estão correlacionadas de forma significativa com as atitudes e com o grau de satisfação com as interações diretas destes relativamente aos Polícias da PSP.

H3a: Jovens que tenham tido contactos derivados de serem suspeitos de cometer um crime tendem a ter atitudes mais negativas e menor grau de satisfação com os contactos involuntários com os Polícias.

H3b: Jovens que tenham tido contactos derivados de serem suspeitos de cometer uma incivildade tendem a ter atitudes mais negativas e menor grau de satisfação com os contactos involuntários com os Polícias.

H3c: As situações de vitimação prévia dos jovens têm uma correlação significativa e negativa com o grau de satisfação com as interações voluntárias com os Polícias e com as atitudes relativamente aos mesmos.

H4: As atitudes gerais e as perceções de imparcialidade relativamente aos Polícias estão correlacionadas de forma significativa e positiva com a disponibilidade dos jovens em ajudar ou cooperar com estes.

4.2. Método

A presente investigação consiste num estudo empírico não-experimental e correlacional. Tem um carácter explanatório e exploratório na medida em que se procurou explicitar e explorar a relação entre as variáveis em estudo. Segue uma abordagem quantitativa, tendo os dados sido recolhidos através de um questionário online estruturado com perguntas objetivas, e é de natureza transversal uma vez que os dados foram recolhidos num único momento. Este método permite a “repetibilidade da investigação e da comparação de resultados” (Santo, 2010, p. 37).

4.2.1. Caracterização do corpus

Apesar do intervalo de idades determinado para o conceito de jovem em Portugal, para maior facilidade na aplicação do questionário, por assim não haver a necessidade de obter o consentimento de tutores de menores e pelo tempo existente para a realização desta dissertação, foi escolhido, por conveniência, o conjunto de jovens com intervalo de idades compreendido entre os 18 e 25 anos. A amostra foi recolhida através de um processo de amostragem não probabilística, por conveniência e intencional, do tipo *snowball* (Vinuto, 2014).

4.2.2. Instrumentos de recolha de dados: inquérito por questionário

Procurou-se seguir os cinco passos do modelo de Cannell, Miller e Oksenberg (1981) que Bechhofer e Paterson (2000) apresentam e citam, bem como as recomendações destes últimos quanto aos erros na elaboração do questionário que afetam a sua validade. Foi construído um questionário com 21 questões.

Foram criadas duas questões de controlo, tanto para a idade (questão 1), como para verificar se o jovem inquirido consegue distinguir entre os elementos da PSP e da Guarda Nacional Republicana (GNR), no sentido de o classificar quanto à capacidade de diferenciar e de avaliar os Polícias da PSP (questão 2). Não ter uma idade compreendida entre os 18 e 25 anos e não saber distinguir os profissionais das duas forças de segurança foram fatores de exclusão.

4.2.3. Escala de atitudes relativamente aos Polícias

As ARP têm sido medidas de diferentes formas (Brown & Benedict, 2002). No entanto, normalmente não se dá ênfase à imparcialidade da atuação policial e à sua influência nas perceções dos indivíduos ou de grupos sociais minoritários quanto à discriminação, mesmo havendo uma forte correlação estudada entre a pertença a estes grupos e atitudes mais negativas (Nadal & Davidoff, 2015) e ao seu papel na justiça procedimental (Jackson & Bradford, 2019). Assim, para a medição desta variável foi selecionada a *Perceptions of Police Scale* criada por Nadal e Davidoff (2015). A escala de

concordância, que segue o método de Likert, possui uma subescala das atitudes gerais relativamente a elementos policiais: “Os Polícias são simpáticos”; “Os Polícias protegem-me”; “Gosto dos Polícias”; “Os Polícias são boas pessoas”; “Os Polícias proporcionam segurança”; “Os Polícias são prestáveis”; “Os Polícias são pessoas em quem posso confiar”; “Os Polícias são pessoas com quem posso contar”; “Os Polícias importam-se com pessoas como eu”. Inclui também uma subescala para a medição das percepções quanto à imparcialidade da atuação policial: “Os Polícias tratam todas as pessoas de forma justa”; “Os Polícias não discriminam ninguém”; “Os Polícias são imparciais”. Assim são realçadas as percepções quanto ao atributo da imparcialidade.

A escolha destas duas subescalas, justifica-se pela relevância que se constata na revisão de literatura quanto à atuação justa e neutra por parte dos Polícias (ver Oberwittler & Roché, 2017, Sindall et al., 2016 e Nadal & Davidoff, 2015), fundamentando-se a análise diferenciada quanto ao atributo da imparcialidade e das atitudes em geral. Esta é também pertinente por englobar na subescala sobre as atitudes gerais, diferentes atributos relativos à justiça procedimental.

Para a sua tradução, dentro das diferentes possibilidades metodológicas (ver Maneesriwongul & Dixon, 2004), foi utilizado o método de tradução direta, devido ao tempo para a realização da investigação e à capacidade de recorrer a apenas dois peritos para o efeito (a tradução procurou seguir recomendações de van de Vijver & Hambleton, 1996 e Hunt, et. al., 1991).

4.2.4. Estatuto socioeconómico (ESE)

No sentido de medir o estatuto socioeconómico, Cardoso (2006) define como meios de quantificação a ocupação profissional, o grau de instrução ou educação, o rendimento e a propriedade ou riqueza e, por fim, a área geográfica em que o indivíduo habita. São também usados índices socioeconómicos que poderão englobar estes fatores conjuntamente. Entwislea e Astone (1994) explanam formas de medir o ESE e sugerem diferentes tipos de medição para o capital humano, financeiro e social de jovens. Importa também referir que existe uma componente subjetiva do ESE (estatuto socioeconómico subjetivo – ESES) que muitas vezes é considerada (Navarro-Carrillo, Alonso-Ferres, Moya & Valor-Segura, 2020).

Dado que o ESES é um bom preditor de resultados psicológicos, incluindo em estudos com crianças onde é, frequentemente, utilizada a escala de MacArthur (Amir et al., 2019) e que alguns autores referem que as dificuldades de medição e da fiabilidade das componentes do ESE (Cardoso, 2006; Mueller & Parcel, 1981) foi medido o ESES. Foi também medido o grau de educação, tanto do jovem como dos seus pais, visto que a educação está relacionada com a formação de opiniões (Park et al., 2015), que a medição da educação é uma das mais frequentemente utilizadas em estudos de desenvolvimento de crianças e jovens (Bornstein, Hahn, Suwalsky & Haynes, 2003), podendo ser um dos fatores que influenciam as ARP jovens (Mbuba, 2010) e que as atitudes são construídas durante o crescimento do jovem, podendo estar relacionadas com os laços familiares (Wu et al., 2013).

Sendo difícil medir o grau de autonomia do jovem adulto, visto que estes poderão estar ou não dependentes da sua família, sendo importante considerar conjugar tanto o seu próprio ESE, como o familiar (Silveira & Wagner, 2006), com base nos métodos apresentados por Cristina, Alves e Perelman (2016) e Cristina (2014), mediu-se o maior nível de educação dos pais (questão 16), sendo adaptada a escala para o nível de escolaridade do jovem (questão 17) e a posição social subjetiva familiar (questão 14) adaptando-se a medição para a posição individual (questão 15). Utilizou-se para o ESES a escala MacArthur composta por uma escada com 10 níveis, onde o jovem seleciona a posição em que considera que a sua família se insere na sociedade, seguindo o que indica Adler et al. (2008): o nível 10 significa *best-off* “mais dinheiro, mais acesso à educação, e empregos mais prestigiados” (p. 1037) e o nível 1 significa o inverso, ou seja, *worst-off*. As escalas foram recodificadas conforme o realizado pela autora (Cristina, 2014), para obter grupos mais estatisticamente significativos, mais precisamente nos níveis baixo (1-4), mediano (5) e alto (6-10). As escalas referentes ao nível de escolaridade foram medidas da mesma forma que a autora.

4.2.5. Contexto de vizinhança

Como referem Coulton, Korbin e Su (1996), grande parte dos estudos relativos ao contexto de vizinhança baseiam-se nos indicadores do ESE, no entanto, referem que esta assunção não é necessariamente verdadeira para toda a população,

principalmente quando se estudam crianças. Estes autores explanam uma série de medições relacionadas com a existência de serviços ou recursos, a participação em atividades e sobre a qualidade e estabilidade da vizinhança. Já relativamente aos estudos sobre as ARP incluem-se fatores como a qualidade de vida da vizinhança, as perceções do crime e da cooperação da vizinhança com os Polícias (Schafer et al., 2003). Para o contexto de vizinhança foi então criada uma escala inspirada na escala de posição subjetiva de Macarthur e nestes autores, onde se pediu ao jovem que imaginasse numa escala de muito mau (1) a muito bom (10) qual é: “a qualidade de vida do seu bairro ou vizinhança”; “a segurança no seu bairro ou na vizinhança”; “a relação dos Polícias com as pessoas bairro ou vizinhança”; e “disponibilidade de cooperação das pessoas do seu bairro ou vizinhança para com os Polícias” (questões 18 a 21, respetivamente).

4.2.6. Sexo e pertença a grupo social minoritário

No que diz respeito às variáveis do sexo (questão 2) e dos grupos sociais minoritários (questão 12), as questões inspiraram-se na Escala de Discriminação Quotidiana adaptada a jovens portugueses (Freitas, Coimbra, Marturano & Fontaine, 2015), tendo sido adaptada pela nossa autoria, com base na literatura, para medir a pertença a um grupo social minoritário, especificando qual se a resposta fosse positiva (questões 12 e 13).

4.2.7. Interações com a PSP

Quanto às interações com a PSP, apesar de existirem diferentes investigações que comportam e analisam esta componente (ver Oberwittler & Roché, 2017; Jackson & Bradford, 2019; Rosenbaum et al., 2005; Smith & Hawkins, 1973). foi criado um conjunto de 7 questões (questões 3 a 9) que melhor correspondem ao objetivo da investigação. Estas basearam-se na revisão de literatura e nos estudos que analisaram esta variável.

Relativamente às interações diretas com os Polícias, questionou-se se existiu alguma interação prévia, iniciada por estes, nos últimos anos, e o mesmo aconteceu quanto às interações iniciadas pelo próprio cidadão (questões 3 e 5), procurando-se saber, em caso positivo, qual o grau de satisfação com as mesmas (questões 4 e 6) (com base na escala autorizada por Jackson e Bradford, 2019). Foi também criada a questão 7 para medir a existência de contactos derivados de vitimação prévia, de delinquência grave (suspeito de crime) e não grave (suspeita de incivilidade) e de abordagens por parte dos Polícias.

Já relativamente às interações indiretas, foi questionado o meio pelo qual o jovem, mais frequentemente, constata a atuação da PSP (questão 8), podendo ser selecionados os OCS, as redes sociais ou internet, outras pessoas, ou outro, ou ainda que não considera, usualmente, obter informações indiretas. A existência de interações indiretas permitiu a resposta ao grau de satisfação com estas (questão 9). Para a avaliação da satisfação das interações, seguiu-se o método de Likert numa escala com valores de 1 (“nada satisfeito”) a 5 (“totalmente satisfeito”).

O teste prévio, normalmente aplicado a uma população pequena de pessoas que representam os grupos da amostra a estudar (Quivy & Campenhoudt, 2008; Maciel et al., 2014) foi aplicado a dez pessoas que fazem parte do universo em estudo e a duas que não fazem parte do universo, no sentido de avaliar a clareza das questões, de onde não se verificou a necessidade de aplicar nenhuma alteração.

4.3. Procedimentos

O questionário foi criado e aplicado através das ferramentas proporcionadas pelo *web Google Forms* por ser uma plataforma que permite o preenchimento anónimo do mesmo, sendo este um dos fatores que influencia a participação nos questionários online (Couper, 2000). Foi respondido exclusivamente pela internet, sendo acedido através de um *link* que foi criado de forma automática pelo *site*, sendo aplicado entre 3 de março a 16 de março de 2021.

A recolha foi realizada através de amostragem não probabilística por conveniência, onde não existe conhecimento sobre o número total da população a qual o questionário foi aplicado nem, conseqüentemente, sobre a taxa de adesão, procurando-se apenas obter o maior número de inquiridos até um limite definido pela disponibilidade temporal para a posterior análise dos resultados.

Não se procurou obter representatividade da amostra, mas apenas um número de participantes suficiente para a análise estatística. Salienta-se também que os questionários online podem ter problemas quanto à confiança e validade dos dados (Maciel et al., 2014; Jansen, Corley, & Jansen, 2007) visto que não é possível ao investigador controlar se o inquirido está inserido na amostra desejada (Lynn, 2013), o que também impediu definir a representatividade da amostra.

4.4. Instrumentos de análise de dados

O tratamento e análise de dados foram realizados através do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) Statistics – Versão 27 e SPSS Analysis of Moment Structures (AMOS) – Versão 27 para Windows, sendo que a sua organização foi feita através da inserção dos dados no Microsoft Office Excel 2019.

Os resultados do questionário foram analisados através das frequências e percentagens e das medidas de tendência central (média, mediana) e de dispersão (desvio padrão, valor mínimo e máximo). Para as variáveis criadas de acordo com o resultado médio dos itens respetivos e confirmados na análise fatorial, foi analisada a sua sensibilidade considerando medidas de tendência central (média), de dispersão (desvio padrão, valor mínimo e máximo) e de distribuição.

Para perceber quais as afirmações que medem o mesmo construto, foi realizada a extração de fatores pela utilização do método de componentes principais (Perobelli et al., 1999), que reduz a dimensionalidade dos dados para facilitar a sua interpretação e “baseia-se na decomposição da matriz de covariância ou correlação e não exige pressuposição da distribuição dos dados (...) utiliza toda a variância (compartilhada e específica) e o erro” (Silva et al., 2014, p. 205).

Para efetuar a análise da validade e fiabilidade das escalas de avaliação utilizadas, consideramos um conjunto de pressupostos (Marôco, 2018; Hair, Anderson, Babin & Black, 2010): extração de fatores com valor próprio (eigenvalue) superior a 1 (normalização de Kaizer); rotação de itens com o método Varimax; Loadings item-factor igual ou superior a 0.50; realização da análise fatorial confirmatória da estrutura fatorial obtida para analisar a validade da estrutura fatorial obtida em que se consideraram os índices de ajustamento propostos por Marôco (2010b) e Hair et al. (2010).

Para testar as hipóteses foram também criadas matrizes de correlações, recorrendo-se ao teste do coeficiente de correlação de *Spearman* uma vez que nem todas as variáveis são intervalares (Artusi, Verderio & Marubini, 2002), e o teste de Qui-Quadrado (McHugh, 2013) para determinadas relações, para a posterior aplicação de um MEE do tipo *path analysis*. É um modelo linear e uma forma de análise estatística de regressão múltipla usada para avaliar modelos causais, onde se observam as relações entre variáveis dependentes e independentes, de forma direta ou indireta, que capacita o cálculo da magnitude e significância das conexões causais entre as variáveis, permitindo avaliar hipóteses causais, mas não a direção da causalidade (Klem, 1995; Lleras, 2005).

Para proceder a modificações ao modelo considerando a não adequação dos seus índices de ajustamento, recorreu-se aos índices de modificação propostos pelo programa de análises de equações estruturais SPSS AMOS. Assim, o valor a partir do qual os resultados obtidos são considerados significativos é de $p < 0.10$. Apesar do valor mais comum ser de $p < 0.05$, optou-se por um valor de significância menos exigente, dado que se pretende também confirmar hipóteses levantadas em função de estudos e de literatura prévia.

5. Apresentação e discussão de resultados

No sentido de comprovar empiricamente as hipóteses desta investigação, realizaram-se diversas análises e testes estatísticos aos resultados obtidos pela participação, no prazo mencionado, de um total 1960 pessoas, das quais apenas 1693 aptas a responder a todo o questionário, nomeadamente, por estarem dentro da faixa etária selecionada (18-25 anos), e por reconhecerem um elemento da PSP em detrimento de um da GNR (que cerca 93% dos inquiridos informou ter capacidade), sendo, este último, o número de respostas a analisar.

5.1. Caracterização sociodemográfica

A maioria dos jovens pertence ao sexo feminino ($n=995$, 58.77%). Um número superior de jovens, referem que têm o ensino universitário incompleto ($n=701$, 41.41%), seguindo-se dos que tem apenas o 12º ano ($n=546$, 32.25%). Em menor número encontram-se os que tem apenas a escola primária ($n=2$, 0.12%). No que refere ao maior nível de escolaridade atingido pelos pais, um número superior de jovens afirma que um dos pais ou completou o ensino universitário ($n=536$, 34.66%) ou que tem apenas o 12º ano ($n=518$, 30.60%). Um número mais reduzido de participantes afirma que o maior nível de escolaridade atingido pelos pais foi o 4.º ano ou inferior ($n=197$, 11.22%).

Quanto ao nível do estatuto socioeconómico subjetivo podemos verificar que o mesmo é alto considerando uma escala de 1 a 10, quer no que respeita à família ($M=6.70$, $Md=7.00$, $Dp=1.54$) quer ao próprio ($M=6.70$, $Md=7.00$, $Dp=1.70$). De modo mais específico, podemos observar que a maioria dos participantes consideram que a sua posição social é alta ($n=1343$, 79.33%), assim como a da sua família ($n=1281$, 75.66%).

Também foi analisada a perceção dos jovens sobre o seu contexto de bairro ou vizinhança, considerando um conjunto de questões. Podemos concluir que, considerando uma escala que varia entre 1 a 10 pontos, existe uma tendência para pontuações mais elevadas no que diz respeito à perceção sobre a qualidade do bairro ou vizinhança ($M=7.81$, $Md=8.00$), seguindo-se a segurança no bairro ou vizinhança ($M=7.77$, $Md=8.00$), a cooperação das pessoas do bairro ou vizinhança com os Polícias ($M=7.49$, $Md=8.00$) e por fim a relação das pessoas do bairro ou vizinhança com os Polícias ($M=7.31$, $Md=8.00$).

Relativamente ao facto de pertencerem ou não a algum tipo de grupo minoritário, a maioria dos participantes afirma não pertencer ($n=1367$, 80.74%). Apenas 171 (10.10%) consideram pertencer a uma determinada minoria. De modo mais específico, podemos verificar que dos 171 participantes que referem pertencer a uma determinada minoria, uma proporção superior de participantes (80/171, 46.78%), afirmam pertencer a um grupo minoritário devido à sua sexualidade. De seguida encontram-se os que afirmam pertencer a uma determinada etnia (53/171, 30.99%), os que se consideram como imigrantes (36/171, 21.05%), os que pertencem a uma minoria por motivos religiosos (25/171, 14.62%) e por fim por outros motivos (4/171, 2.34%).

5.2. Grau de satisfação com as interações com os Polícias

Notamos que o modo como os participantes obtêm informações de forma mais frequente sobre os Polícias é através dos OCS (884/1693, 52.22%) (ver Figura 1). Quase 10.93% ($n=185$) referem não estar atentos a notícias sobre os Polícias. Uma clara minoria refere ter, mais frequentemente, conhecimentos sobre a atuação dos Polícias através de outras pessoas ($n=96$, 5.67%), e por outros meios ($n=11$, 0.65%).

No que respeita às interações diretas involuntárias, um número mais reduzido de participantes afirma, nos últimos anos, ter sido abordado pelo menos uma vez pelos Polícias ($n=592$, 34.97%). No que respeita a interações diretas voluntárias, também se nota um número mais reduzido de participantes a responder afirmativamente a este tipo de interação ($n=531$, 31.36%).

Quanto à satisfação dos participantes com os seus contactos com os Polícias (ver Tabela 1), é possível constatar que existe uma maior tendência para os participantes estarem satisfeitos (considerando uma escala de 1 a 5) com as interações com os Polícias quando esta é voluntária ($M=3.48$, $Md=4.00$) e também quando é involuntária ($M=3.84$, $Md=4.00$). No que respeita à sua satisfação em função da observação indireta dos Polícias, verifica-se que a mesma, embora mais reduzida, também se apresenta satisfatória ($M=3.47$, $Md=4.00$).

Notamos que os participantes referem (ver Figura 2) que os motivos específicos de contacto que tiveram com Polícias se prendem, essencialmente, com o facto de terem sido abordados e/ou identificados pelos Polícias (386/1693, 22.80%), seguindo-se os que referem terem sido vítimas de um crime (299/1693, 17.66%), suspeitos de cometer um crime (118/1693, 6.97%) e suspeitos de cometer uma incivilidade (70/1693, 4.13%).

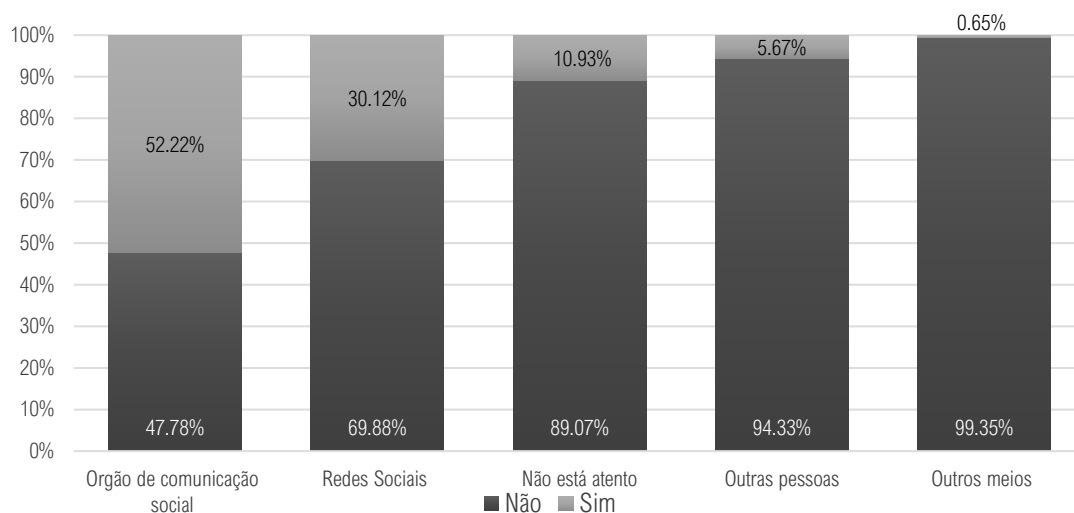


Figura 4 - Distribuição por meio indireto de observação da atuação dos Polícias mais frequente

Tabela 5 - Satisfação das interações diretas, voluntárias e involuntárias, e indiretas com os Polícias

	1	2	3	4	5	Média	Mediana
Satisfação quando abordou	61(3,6%)	76(4,5%)	143(8,4%)	143(8,4%)	169(10,0%)	3,48	4.00
Satisfação quando abordado	29(1,7%)	35(2,1%)	117(6,9%)	160(9,5%)	190(11,2%)	3,84	4.00
Satisfação pela observação de actuação ou informação de outras pessoas	76(4,5%)	140(8,3%)	528(31,2%)	531(31,4%)	233(13,8%)	3,47	4.00

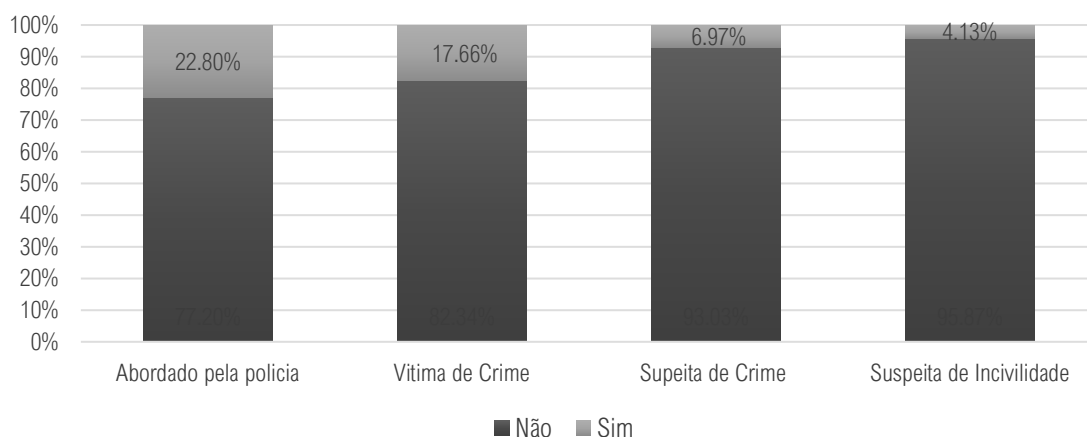


Figura 5 - Distribuição por motivos de contacto com os Polícias

5.3. Atitudes dos jovens relativamente aos Polícias.

Quanto às atitudes perante os Polícias (ver Tabela 2), mediante a resposta ao conjunto de itens colocados para a medição das mesmas, podemos concluir que existe uma tendência mais elevada, considerando os valores médios e medianos obtidos, para os participantes considerarem primeiramente que os Polícias proporcionam segurança (M=3.82, Md=4.00), seguindo-se, que os protegem (M=3.81, Md=4.00), são prestáveis (M=3.74, Md=4.00), importam-se com eles (M=3.66, Md=4.00), são profissionais que com quem podem contar (M=3.65, Md=4.00), em quem podem confiar (M=3.63, Md=4.00), de que gostam (M=3.62, Md=4.00), são boas pessoas (M=3.52, Md=4.00), são simpáticos (M=3.44, Md=3.00), são imparciais (M=2.94, Md=3.00), tratam as pessoas de forma justa (M=2.87, Md=3.00) e, por fim, não discriminam ninguém (M=2.72, Md=3.00).

Tabela 6 - Distribuição da escala de atitudes relativamente aos Polícias da PSP.

Escala de Atitudes	1	2	3	4	5	Média	Mediana
Os Polícias são simpáticos	33(1,9%)	135(8,0%)	734(43,4%)	639(37,7%)	152(9,0%)	3,44	3,00
Os Polícias protegem-me	27(1,6%)	99(5,8%)	383(22,6%)	844(49,9%)	340(20,1%)	3,81	4,00
Os Polícias tratam todas as pessoas de forma justa	193(11,4%)	432(25,5%)	592(35,0%)	355(21,0%)	121(7,1%)	2,87	3,00
Gosto dos Polícias	58(3,4%)	79(4,7%)	617(36,4%)	629(37,0%)	313(18,5%)	3,62	4
Os Polícias são boas pessoas	21(1,2%)	48(2,8%)	873(51,6%)	540(31,9%)	211(12,5%)	3,52	3
Os Polícias não discriminam ninguém	217(12,8%)	492(29,1%)	642(37,9%)	236(13,9%)	106(6,3%)	2,72	3
Os Polícias proporcionam segurança	31(1,8%)	97(5,7%)	347(20,5%)	891(52,6%)	327(19,3%)	3,82	4
Os Polícias são prestáveis	24(1,4%)	82(4,8%)	458(27,1%)	852(50,3%)	277(16,4%)	3,74	4
Os Polícias são pessoas em quem posso confiar	44(2,6%)	114(6,7%)	525(31,0%)	731(43,2%)	279(16,5%)	3,63	4
Os Polícias são pessoas com quem posso contar	42(2,5%)	104(6,1%)	514(30,4%)	759(44,8%)	274(16,2%)	3,65	4
Os Polícias são imparciais	151(8,9%)	385(22,7%)	696(41,1%)	343(20,3%)	118(7,0%)	2,94	3
Os Polícias importam-se com pessoas como eu	53(3,1%)	91(5,4%)	524(31,0%)	741(43,8%)	284(16,8%)	3,66	4

Na questão relativa à disponibilidade em cooperar com os Polícias, a maioria das respostas obtidas revela uma tendência para uma maior disponibilidade em cooperar com os Polícias, considerando os valores médios e medianos obtidos, numa escala de 1 a 5 (M=4.15, Md=4.00).

5.4. Qualidades métricas das escalas

Após a descrição dos resultados obtidos em cada uma das questões do questionário administrado aos participantes, passamos a testar a validade e fiabilidade fatorial da escala de atitudes perante os Polícias.

Verificamos que, mediante a análise fatorial exploratória com rotação *Varimax* e com normalização de *Kaiser*, foi possível extrair dois fatores explicativos do conjunto de itens, denominados “atitudes gerais” (1) e “perceções sobre a imparcialidade” (2), que contribuem em 72.97% para definir as atitudes perante os Polícias (ver Tabela 3). Mais especificamente, verificámos que o fator relativo às atitudes gerais é constituído por 9 itens, sendo que este explica 44.53% da variância. Já o fator relativo à imparcialidade (constituído por 3 itens) apresenta um contributo menor para a variância (28.43%). Também se nota, que todos os itens saturam de forma adequada com o fator que representam (>0.30), o que é comprovativo de uma boa validade fatorial. Os índices de ajustamento ($\chi^2/gf=9.69$; RMSEA=0.07; GFI=0.95) também permitem confirmar a validade fatorial da escala, apesar do valor menos ajustado de χ^2/gf . Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos pelos autores da escala, Nadal e Davidoff (2015).

Tabela 7 - Análise de componentes principais da escala de atitudes

	Fator	
	1	2
Os Polícias protegem-me	0,82	
Os Polícias proporcionam segurança	0,81	
Os Polícias são pessoas com quem posso contar	0,81	0,35
Os Polícias são prestáveis	0,80	
Os Polícias são pessoas em quem posso confiar	0,80	0,38
Os Polícias importam-se com pessoas como eu	0,75	0,31
Gosto dos Polícias	0,70	0,44
Os Polícias são simpáticos	0,58	0,45
Os Polícias são boas pessoas	0,57	0,52
Os Polícias não discriminam ninguém		0,88
Os Polícias tratam todas as pessoas de forma justa	0,35	0,82
Os Polícias são imparciais	0,34	0,82
% de variância específica	44.53%	28.43%
% de variância total	72.97%	
Alfa de Cronbach	0.94	0.90
χ^2/gf	9.69	
RMSEA	0.07	
GFI	0.95	

No que respeita à sensibilidade fatorial de cada uma das subescalas de avaliação das atitudes face aos Polícias obtidas, podemos constatar, de acordo com a Tabela 4, que existe uma tendência para atitudes gerais mais positivas ($M=3.66$, $Md=3.67$, $Dp=0.73$). Apesar de também serem elevados os resultados das perceções sobre a imparcialidade ($M=2.84$, $Md=3.00$, $Dp=0.96$), estas encontram-se mais negativas comparativamente às atitudes gerais. Também conforme o coeficiente de assimetria negativo obtido, confirma-se esta maior tendência para valores mais elevados nas atitudes gerais ($Si=-7.79$). Por outro lado, o coeficiente assimétrico positivo obtido para a escala de imparcialidade (2.37), revela uma maior tendência para resultados um pouco mais baixos.

Tabela 8 - Sensibilidade fatorial das subescalas de atitudes

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Simetria	Curtose
Atitudes Gerais	3,66	3,67	0,73	1,00	5,00	-7.79	7.47
Imparcialidade	2,84	3,00	0,96	1,00	5,00	2.37	-2.52

5.4.1. Correlações isoladas entre as variáveis

Com o objetivo de analisar a correlação isolada entre as variáveis em estudo foram construídas diversas matrizes através do coeficiente de correlação de *Spearman* (Myers & Sirois, 2004) (ver Tabela 5). Deste modo, foi possível verificar que a disponibilidade dos jovens para cooperarem com os Polícias está significativamente correlacionada com as atitudes gerais face aos mesmos ($r=0.554$, $p=0.000$) e com as perceções sobre a imparcialidade da atuação dos Polícias ($r=0.362$, $p=0.000$).

Tabela 9 - Matriz de correlações das atitudes com a disponibilidade de cooperação com os Polícias

		1	2	3
	N			
1 Atitudes Gerais	r	1.000		
	N	1693		
2 Imparcialidade	r	.698**	1.000	
	N	1693	1693	
3 Colaboração com os Polícias	r	.554**	.362**	1.000
	N	1693	1693	1693

Nota. * $p<0.05$; ** $p<0.01$

No que respeita à relação das atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade com as variáveis sociodemográficas, de acordo com a Tabela 6, podemos observar que: as atitudes gerais para com os Polícias estão significativa e positivamente relacionadas com o sexo dos participantes, considerando o valor nominal positivo o sexo masculino ($r=0.05$, $p=0.026$), com o ESES do agregado familiar ($r=0.23$, $p<0.001$) e do próprio ($r=0.23$, $p<0.001$) e negativamente com o facto de considerar pertencer ou a uma minoria social ($r=-0.16$, $p<0.001$); as perceções sobre a imparcialidade relativas aos Polícias relacionam-se de modo significativo e positivo com o sexo ($r=0.14$, $p<0.001$), com o ESES do agregado familiar ($r=0.12$, $p<0.001$) e do próprio ($r=-0.09$, $p<0.001$), e de modo negativo com a escolaridade do próprio ($r=-0.07$, $p<0.001$) e dos pais ($r=-0.06$, $p<0.001$), e com o facto de considerar pertencer a uma minoria ($r=-0.17$, $p<0.001$).

No que respeita à relação entre atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade com as formas como os participantes têm conhecimento sobre a atuação dos Polícias, podemos concluir, conforme a Tabela 7, que: as atitudes gerais relativamente aos Polícias estão correlacionadas de modo positivo com o facto de obter informações, mais frequentemente, através dos OCS ($r=0.07$, $p=0.005$), redes sociais ($r=0.06$, $p=0.023$), outro meio ($r=0.06$, $p=0.010$) e outras pessoas ($r=0.01$, $p=0.848$); as perceções sobre a imparcialidade estão correlacionadas de modo significativo e positivo com o facto de se obter informações, mais frequentemente, através das redes sociais ($r=0.08$, $p=0.002$) e por outros meios ($r=0.05$, $p=0.027$).

Tabela 10 - Correlação das atitudes com as variáveis sociodemográficas

		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 Sexo	r	1,000								
	N	1693								
2 Escolaridade do Próprio	R	-.138**	1,000							
	N	1661	1693							
3 Escolaridade dos Pais	R	.090**	.252**	1,000						
	N	1628	1624	1637						
4 ESES do Próprio	r	-.050*	.161**	.170**	1,000					
	N	1683	1671	1637	1693					
5 ESES do Agregado Familiar	r	-.066**	.174**	.254**	.556**	1,000				
	N	1683	1671	1637	1693	1693				
6 Pertença a Minoria	r	-.015	-.080**	-.059**	-.078**	-.130**	1,000			
	N	1683	1671	1637	1693	1693	1693			
7 Atitudes Gerais	r	.054*	.042	.044	.184**	.224**	-.158**	1,000		
	N	1683	1671	1637	1693	1693	1693	1693		
8 Imparcialidade	r	.138**	-.065**	-.056*	.067**	.118**	-.170**	.698**	1,000	
	N	1683	1671	1637	1693	1693	1693	1693	1693	
9 Colaboração com os Polícias	r	-.017	.072**	.046	.115**	.142**	-.086**	.554**	.362**	1,000
	N	1683	1671	1637	1693	1693	1693	1693	1693	1693

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Tabela 11 - Correlação entre as atitudes e o meio de interação indireta com os Polícias mais frequente

		1	2	3	4	5	6	7
1 Orgãos de comunicação social	r	1,000						
	N	1693						
2 Redes Sociais	r	-.686**	1,000					
	N	1693	1693					
3 Outros meios	r	-.085**	-.053*	1,000				
	N	1693	1693	1693				
4 Outras pessoas	r	-.256**	-.161**	-.020	1,000			
	N	1693	1693	1693	1637			
5 Atitudes Gerais	r	.069**	.055**	.063**	.005	1,000		
	N	1693	1693	1693	1693	1693		
6 Imparcialidade	r	-.013	.075**	.054**	.025	.698**	1,000	
	N	1693	1693	1693	1693	1693	1693	

Nota. *p<0.05; **p<0.01

No que respeita à relação entre estas variáveis e a satisfação indireta, é possível verificar não existem relações significativas em nenhum dos casos ($p>0.05$) (Tabela 8).

Quanto à relação entre as atitudes gerais e percepções sobre a imparcialidade com os motivos específicos de contacto com os Polícias, podemos concluir, de acordo com a Tabela 9, que: as atitudes gerais estão correlacionadas de modo significativo e negativo com o facto de os participantes terem tido um contacto com os Polícias porque foram suspeitos de cometer incivildades ($r=-0.14$, $p<0.001$) ou algum tipo de crime ($r=-0.17$, $p<0.001$); as percepções sobre a imparcialidade relativas aos Polícias estão correlacionadas de modo significativo e negativo, igualmente, com facto de os participantes terem tido contactos derivados da suspeita de cometerem incivildades ($r=-0.16$, $p<0.001$) ou algum tipo de crime ($r=-0.16$, $p<0.001$).

Tabela 12 - Correlação entre o meio de obtenção de informação indireta mais frequente e a satisfação com as interações indiretas

		1	2	3	4	5
1 Órgãos de comunicação social	r	1,000				
	N	1508				
2 Redes Sociais	r	-.686**	1,000			
	N	1508	1508			
3 Outros meios	r	-.085**	-.053*	1,000		
	N	1508	1508	1508		
4 Outras pessoas	r	-.256**	-.161**	-.020	1,000	
	N	1508	1508	1508	1508	
5 Satisfação com interações indiretas	r	-.022	.012	.037	.022	1,000
	N	1508	1508	1508	1508	1508

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Tabela 13 - Correlação entre as atitudes e os motivos de contacto com os Polícias

		1	2	3	4	5	6	7
1 Suspeito de Incivilidade	r	1,000						
	N	1693						
2 Vítima de Crime	r	-.096**	1,000					
	N	1693	1693					
3 Foi abordado ou identificado pelos Polícias	r	-.113**	-.041	1,000				
	N	1693	1693	1693				
4 Suspeito de Crime	r	.759**	.013	-.149**	1,000			
	N	1693	1693	1693	1693			
5 Atitudes Gerais	r	-.138**	-.006	-.021	-.172**	1,000		
	N	1693	1693	1693	1693	1693		
6 Imparcialidade	r	-.158**	.013	-.001	-.164**	.698**	1,000	
	N	1693	1693	1693	1693	1693	1693	

Nota. *p<0.05; **p<0.01

A relação existente entre as atitudes gerais e as perceções de imparcialidade relativas aos Polícias com as interações diretas, voluntárias e involuntárias, e indiretas, assim como os vários tipos de satisfação com essas interações, encontra-se explicitada na Tabela 10.

Conforme os resultados, é possível constatar que: as atitudes perante os Polícias estão correlacionadas de modo significativo e positivo com a satisfação com as interações voluntárias ($r=0.58$, $p<0.001$), involuntárias ($r=0.53$, $p<0.001$) e com a satisfação verificada em função da observação indireta dos Polícias e da sua atuação ($r=0.62$, $p<0.001$), estando ainda correlacionadas de modo negativo com o facto de terem sido abordados pelos Polícias ($r=-0.06$, $p=0.009$); as perceções sobre a imparcialidade na atuação estão correlacionadas de modo significativo e positivo com a satisfação das interações voluntárias ($r=0.51$, $p<0.001$), involuntárias ($r=0.36$, $p<0.001$) e com a satisfação verificada em função da observação indireta do trabalho dos Polícias ($r=0.60$, $p<0.001$) e de modo negativo com o facto de ter sido abordado pelos Polícias ($r=-0.07$, $p=0.009$).

Tabela 14 - Correlação entre as atitudes e as interações com os Polícias e nível de satisfação dessas interações

		1	2	3	4	5	6	7	8
1 Abordou os Polícias	r	1,000							
	N	1693							
2 Foi abordado pelos Polícias	r	.244**	1,000						
	N	1693	1693						
3 Satisfação quando abordou os Polícias	r	.064	-	1,000					
	N	592	-	592					
4 Satisfação quando foi abordado pelos Polícias	r	-	.091*	.595**	1,000				
	N	-	531	277	531				
5 Satisfação com as interações indiretas	r	.027	-.088**	.579**	.487**	1,000			
	N	1508	1508	531	468	1508			
7 Atitudes Gerais	r	.031	-.064**	.579**	.530**	.622**	1,000		
	N	1693	1693	592	531	1508	1693		
8 Imparcialidade	r	.002	-.065**	.512**	.362**	.595**	.698**	1,000	
	N	1693	1693	592	531	1508	1693	1693	

Nota. *p<0.05; **p<0.01

Por fim, quanto à relação das variáveis relacionadas com a perceção da qualidade do bairro, segurança do bairro, relação e cooperação das pessoas do bairro com os Polícias com as atitudes para com os Polícias e as atitudes gerais e perceções sobre a imparcialidade, podemos verificar, de acordo com a Tabela 11, que: as atitudes gerais para com os Polícias estão correlacionadas de modo significativo e positivo com a perceção da qualidade de vida do bairro ($r=0.20$, $p<0.001$), da segurança do bairro ($r=0.25$, $p<0.001$), da relação das pessoas do bairro com os Polícias ($r=0.39$, $p<0.001$) e com a cooperação das pessoas do bairro com os Polícias ($r=0.33$, $p<0.001$); as perceções sobre a imparcialidade estão correlacionadas de modo significativo e positivo com a perceção de qualidade de vida do bairro ($r=0.11$, $p<0.001$), da segurança do bairro ($r=0.18$, $p<0.001$), da relação das pessoas do bairro com os Polícias ($r=0.29$, $p<0.001$) e com a cooperação das pessoas do bairro com os Polícias ($r=0.24$, $p<0.001$).

Tabela 15 - Correlação entre as atitudes e o contexto de bairro ou vizinhança

		1	2	3	4	5	6	7
1 Qualidade do Bairro	r	1,000						
	N	1693						
2 Segurança do Bairro	R	.694**	1,000					
	N	1693	1693					
3 Relação das pessoas do bairro com os Polícias	R	.508**	.608**	1,000				
	N	1693	1693	1693				
4 Cooperação das pessoas do bairro com os Polícias	r	.538**	.589**	.750**	1,000			
	N	1693	1693	1693	1693			
5 Atitudes Gerais	r	.201**	.249**	.394**	.334**	1,000		
	N	1693	1693	1693	1693	1693		
6 Imparcialidade	r	.114**	.181**	.290**	.243**	.698**	1,000	
	N	1693	1693	1693	1693	1693	1693	

Nota. *p<0.05; **p<0.01

No sentido de destacar a relação entre o sexo e a pertença a um grupo social minoritário com as abordagens iniciadas pelos Polícias (contactos involuntários) e com a delinquência, foram criadas tabelas de correlação específicas através do teste de qui-quadrado, das quais se constata que existe uma associação significativa entre o sexo dos participantes com o facto de ter um contacto por ser suspeito de crime ($\chi^2=31.20$, $p<0.001$), sendo superior a proporção do sexo masculino (77/688, 11.2%) comparativamente ao sexo feminino (41/995, 4.1%), com o facto de ser suspeito de incivilidade e o sexo ($\chi^2=30.90$, $p<0.001$), sendo neste caso inferior a proporção de mulheres que são suspeitas de incivilidade (19/995,

1.9%) comparativamente aos homens (51/688, 7.4%) (ver Tabela 12) e com o facto de ter sido abordado pelos Polícias ($\chi^2=102.15$, $p<0.001$), sendo também superior o número de casos do sexo masculino (338/688, 49.1%) comparativamente ao feminino (251/995, 25.2%) (ver Tabela 13).

Tabela 16 - Correlação entre o Sexo e o contacto com Polícias derivados de suspeita de crimes ou incivilidades

Suspeito de crime	Sexo		χ^2 (p)
	Feminino	Masculino	
	n (%)	n (%)	
Não	954 (95.9%)	611(88.8%)	31.20 (<0.001)
Sim	41 (4.1%)	77 (11.2%)	
Total	995 (100.0%)	688 (100.0%)	
Suspeito de Incivilidade	Sexo		χ^2 (p)
	Feminino	Masculino	
	n (%)	n (%)	
Não	976 (98.1%)	637 (92.6%)	30.90 (p<0.001)
Sim	19 (1.9%)	51 (7.4%)	
Total	995 (100.0%)	688 (100.0%)	

Tabela 17 - Correlação entre o Sexo e o facto de ter sido abordados pelos Polícias (interações involuntárias)

Abordado pela polícia	Sexo		χ^2 (p)
	Feminino	Masculino	
	n (%)	n (%)	
Não	744 (74.8%)	350 (50.9%)	102.15 (<0.001)
Sim	251 (25.2%)	338 (49.1%)	
Total	995 (100.0%)	688 (100.0%)	

Quanto ao facto de se considerar ou ser considerado como pertencente a uma minoria social, este não está correlacionado de forma significativa com o contacto derivado de ser suspeito de crime ($\chi^2=1.67$, $p=0.204$) nem de incivilidade ($\chi^2=0.14$, $p=0.685$) (ver Tabela 14), nem com o facto de ser abordado pelos Polícias ($\chi^2=0.51$, $p=0.499$) (ver Tabela 15).

Tabela 18 - Correlação entre o Minoria e o contacto com Polícias derivados de suspeita de crimes ou incivilidades

Suspeito de crime	Minoria		χ^2 (p)
	Não	Sim	
	n (%)	n (%)	
Não	1420 (93.3%)	155 (90.6%)	1.67 (0.204)
Sim	102 (6.7%)	16 (9.4%)	
Total	1522 (100.0%)	171 (100.0%)	
Suspeito de Incivilidade	Minoria		χ^2 (p)
	Não	Sim	
	n (%)	n (%)	
Não	1460 (95.9%)	163 (95.3%)	0.14 (0.685)
Sim	62 (4.1%)	8 (4.7%)	
Total	1522 (100.0%)	171 (100.0%)	

Tabela 19 - Correlação entre o Minoria e o facto de ter sido abordados pelos Polícias (interações involuntárias)

Abordado pela polícia	Minoria		χ^2 (p)
	Não	Sim	
	n (%)	n (%)	
Não	994 (65.3%)	107 (62.6%)	0.51 (0.499)
Sim	528 (34.7%)	64 (37.4%)	
Total	1522 (100.0%)	171 (100.0%)	

5.5. Aplicação do Modelo de Equações Estruturais (MME)

Tendo em consideração os resultados supramencionados e a literatura consultada, foi criado o MEE conforme um diagrama (original), no sentido de analisar a relação direta entre as variáveis e de procurar perceber qual destas têm um impacto significativo e mais influente nas atitudes dos jovens relativamente aos Polícias da PSP, tendo em consideração as ligações criadas.

Para se incluírem as variáveis seleccionadas, mais precisamente a satisfação com cada tipo de interação, foram observadas as respostas dos jovens participantes que responderam positivamente aos três tipos de interações com os Polícias, obtendo-se um total de 242 jovens para o modelo, sendo normalmente aconselhado um mínimo 200 a 300 casos para cada modelo (Klem, 1995; Farias & Santos, 2000). Não foram incluídas todas as variáveis medidas no questionário para adequar o número de variáveis ao número de respostas utilizadas para o mesmo.

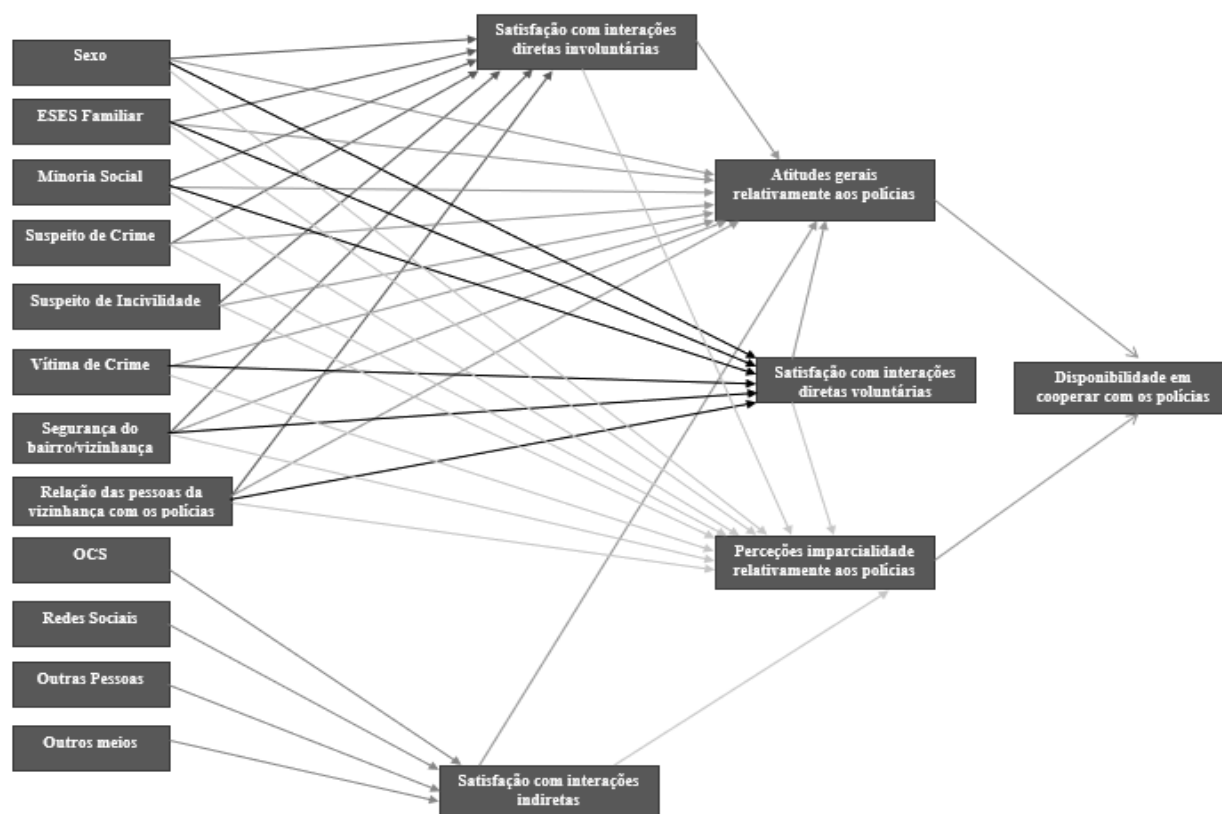


Figura 6 - Modelo de Equações Estruturais (Path Analysis)

Posteriormente, foram observadas as relações diretas entre as variáveis no modelo, obtendo-se o coeficiente beta normal (B) e o coeficiente beta padronizado (b) através de uma regressão multivariada (ver Tabela 16). De acordo Maruyama (1998), os efeitos diretos entre as variáveis são estimados através de uma análise de regressão *Ordinary Least Squares* (OLS), onde cada uma é uma equação estrutural. Tanto as variáveis não observadas, normalmente designadas por

latentes, e os erros no modelo, indicam a quantidade de variância não explicada pelas variáveis exógenas ou independentes (Farias & Santos, 2000). Esta análise permite uma resposta mais precisa à pergunta de partida.

Tabela 20 - Resultados do Modelo de Equações Estruturais (original)

Variáveis Independentes	Variáveis Dependentes	B	b	t	p
Sexo	Atitudes Gerais	-0.03	-0.02	-0.33	0.743
	Imparcialidade	0.17	0.09	1.61	0.106
	Satisfação quando abordado	-0.08	-0.03	-0.53	0.594
	Satisfação quando aborda	0.02	0.01	0.11	0.910
ESES Familiar	Atitudes Gerais	0.20	0.15	3.05	0.002
	Imparcialidade	0.06	0.04	0.60	0.550
	Satisfação quando abordado	0.13	0.06	0.99	0.321
	Satisfação quando aborda	0.12	0.06	1.00	0.316
Pertença a Minoria	Atitudes Gerais	-0.35	-0.15	-3.09	0.002
	Imparcialidade	-0.25	-0.11	-1.57	0.117
	Satisfação quando abordado	-0.29	-0.08	-1.32	0.187
	Satisfação quando aborda	-0.26	-0.08	-1.34	0.179
Satisfação quando abordado (contacto direto involuntário)	Atitudes Gerais	0.14	0.22	4.22	<0.001
	Imparcialidade	0.13	0.16	2.88	0.004
Satisfação quando abordou (contacto direto voluntário)	Atitudes Gerais	0.18	0.27	4.93	<0.001
	Imparcialidade	0.06	0.08	1.23	0.218
Satisfação indirecta	Atitudes Gerais	0.20	0.29	6.18	<0.001
	Imparcialidade	0.41	0.47	9.09	<0.001
Informação por redes sociais	Satisfação Indirecta	0.29	0.12	0.25	0.800
Informação por órgãos de comunicação social	Satisfação indirecta	0.47	0.21	0.41	0.681
Informação por outros meios	Satisfação Indirecta	0.67	0.09	0.54	0.589
Informação por outras pessoas	Satisfação Indirecta	0.48	0.12	0.41	0.682
Segurança do Bairro	Atitudes Gerais	0.01	0.03	0.35	0.730
	Imparcialidade	0.03	0.05	0.75	0.453
	Satisfação quando abordado	-0.07	-0.11	-1.52	0.129
	Satisfação quando aborda	-0.05	-0.08	-1.19	0.233
Relação Bairro- Polícias	Atitudes Gerais	0.06	0.16	2.48	0.013
	Imparcialidade	0.03	0.05	0.76	0.448
	Satisfação quando abordado	0.24	0.42	5.98	<0.001
	Satisfação quando aborda	0.27	0.52	7.56	<0.001
Suspeito de Incivilidade	Atitudes Gerais	0.41	0.11	1.54	0.124
	Imparcialidade	0.21	0.05	0.57	0.566
	Satisfação quando abordado	-0.45	-0.07	-0.88	0.378
Suspeito de Crime	Atitudes Gerais	-0.58	-0.21	-2.83	0.005
	Imparcialidade	-0.40	-0.12	-1.43	0.153
	Satisfação quando abordado	-0.96	-0.21	-2.49	0.013
Vitima de Crime	Atitudes Gerais	0.10	0.06	1.18	0.238
	Imparcialidade	0.19	0.11	1.70	0.089
	Satisfação quando aborda	-0.20	-0.08	-1.44	0.149
Atitudes Gerais	Disponibilidade para cooperação	0.90	0.75	16.12	<0.001
Perceções de Imparcialidade	Disponibilidade para cooperação	-0.03	-0.04	-0.75	0.451

Após a aplicação do modelo é possível constatar um conjunto de relações significativas (ver Tabela 17), onde se apresenta o Modelo de Equações Estruturais (*path analysys*) original. Contudo em função dos índices de ajustamento obtidos não serem adequados ($\chi^2/gf=6.94$, RMSEA=0.16, *Normed Fit Index* - NFI=0.87, CFI=0.88, GFI=0.88) houve a necessidade de se proceder ao ajustamento do mesmo, de acordo com os índices de modificação propostos pelo *software* SPSS AMOS.

As modificações aplicadas baseiam-se no ajuste relativo aos erros das variáveis endógenas (ver Figura 5), onde se pode observar que, neste modelo não recursivo e já modificado, de acordo com as correções da covariância entre resíduos, os índices de ajustamento já se apresentam mais adequados ($\chi^2/gf=2.77$, RMSEA=0.09, NFI=0.95, CFI=0.97, GFI=0.95), o que torna mais válido o presente modelo porque, quando os dados são consistentes, este pode-se considerar como plausível (Klem, 1995; Farias & Santos, 2000). Com esta modificação podemos verificar no modelo final (ver Tabela 17) que:

- O nível socioeconómico subjetivo familiar tem um impacto positivo e significativo nas atitudes gerais para com os Polícias (B=0.20, p=0.002), contribuindo para o seu aumento em 0.20 pontos.
- O facto de um jovem considerar ou pensar ser considerado como pertencente a uma minoria social, contribui de modo significativo e negativo para as atitudes gerais relativas aos Polícias (B=-0.35, p=0.002) contribuindo para a sua diminuição em 0.35 pontos.
- O grau de satisfação com as interações diretas involuntárias com os Polícias contribui para as atitudes gerais relativas aos Polícias de forma significativa e positiva em 0.14 pontos (B=0.14, p<0.001) e para as perceções sobre a imparcialidade relativas aos Polícias em 0.13 pontos (B=0.13, p=0.018).
- O grau de satisfação com as interações diretas voluntárias influencia de modo significativo e positivo as atitudes gerais para com os Polícias, contribuindo para o seu aumento em 0.18 pontos (B=0.18, p<0.001).
- O grau de satisfação com as interações indiretas influencia de modo significativo e positivos as atitudes gerais para com os Polícias (B=0.20, p<0.001) contribuindo para o seu aumento em 0.20 pontos, e para as perceções sobre a imparcialidade relativas aos Polícias (B=0.41, p<0.001) que é previsto aumentarem 0.41 pontos;
- As perceções da relação das pessoas do bairro ou vizinhança com os Polícias têm um impacto positivo e significativo com as atitudes gerais quanto aos mesmos (B=0.06, p=0.007), tendo um aumento previsível de 0.06 pontos. Estas perceções contribuem também de modo positivo e significativo em 0.15 pontos na satisfação com as interações involuntárias (B=0.15, p<0.001) e em 0.20 pontos (B=0.20, p<0.001) para o grau de satisfação com as interações voluntárias.
- O facto de existir um ou mais contactos derivados de um jovem ser suspeito de crime contribui negativa e significativamente em 0.58 pontos (B=-0.58, p=0.002) para as atitudes gerais dos jovens relativas aos Polícias, e em 0.61 pontos (B=-0.61, p=0.053) para o grau de satisfação com as interações involuntárias.
- O facto de existir um ou mais contactos derivados de um jovem ter sido vítima de um crime, contribui de modo tendencialmente significativo (p>0.050) e positivo para o aumento de 0.19 pontos (B=0.19 p=0.090) nas perceções de imparcialidade dos jovens face aos Polícias e para uma diminuição tendencialmente significativa (p>0.050) de 0.19 pontos (B=-0.19, p=0.096) na satisfação com as interações voluntárias;
- As atitudes gerais dos jovens relativamente aos Polícias contribuem para o aumento da disponibilidade para cooperar com estes em 0.90 pontos (B=0.90, p<0.001).

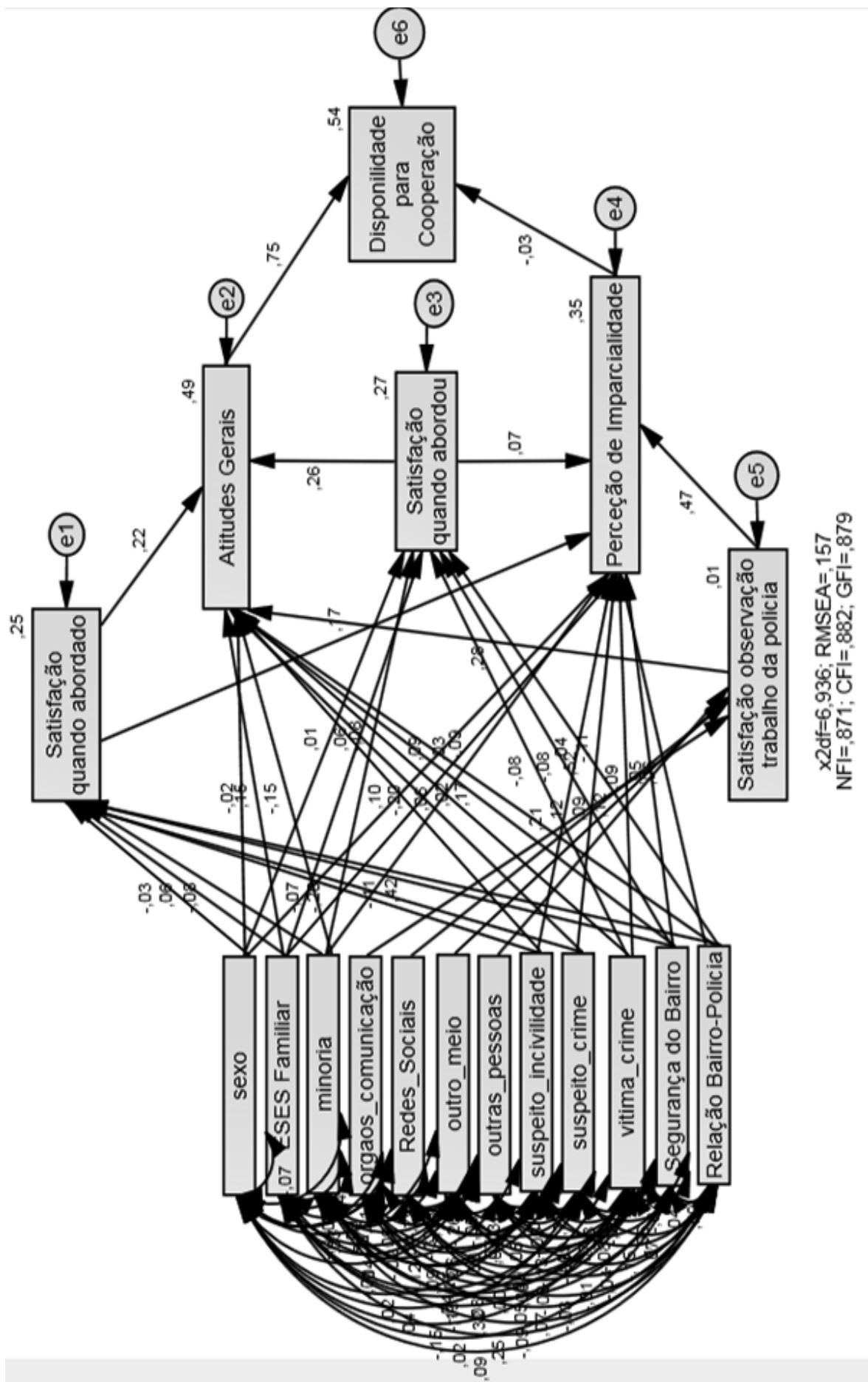


Figura 7 - Modelo de Equações Estruturais aplicado através do software AMOS (original)

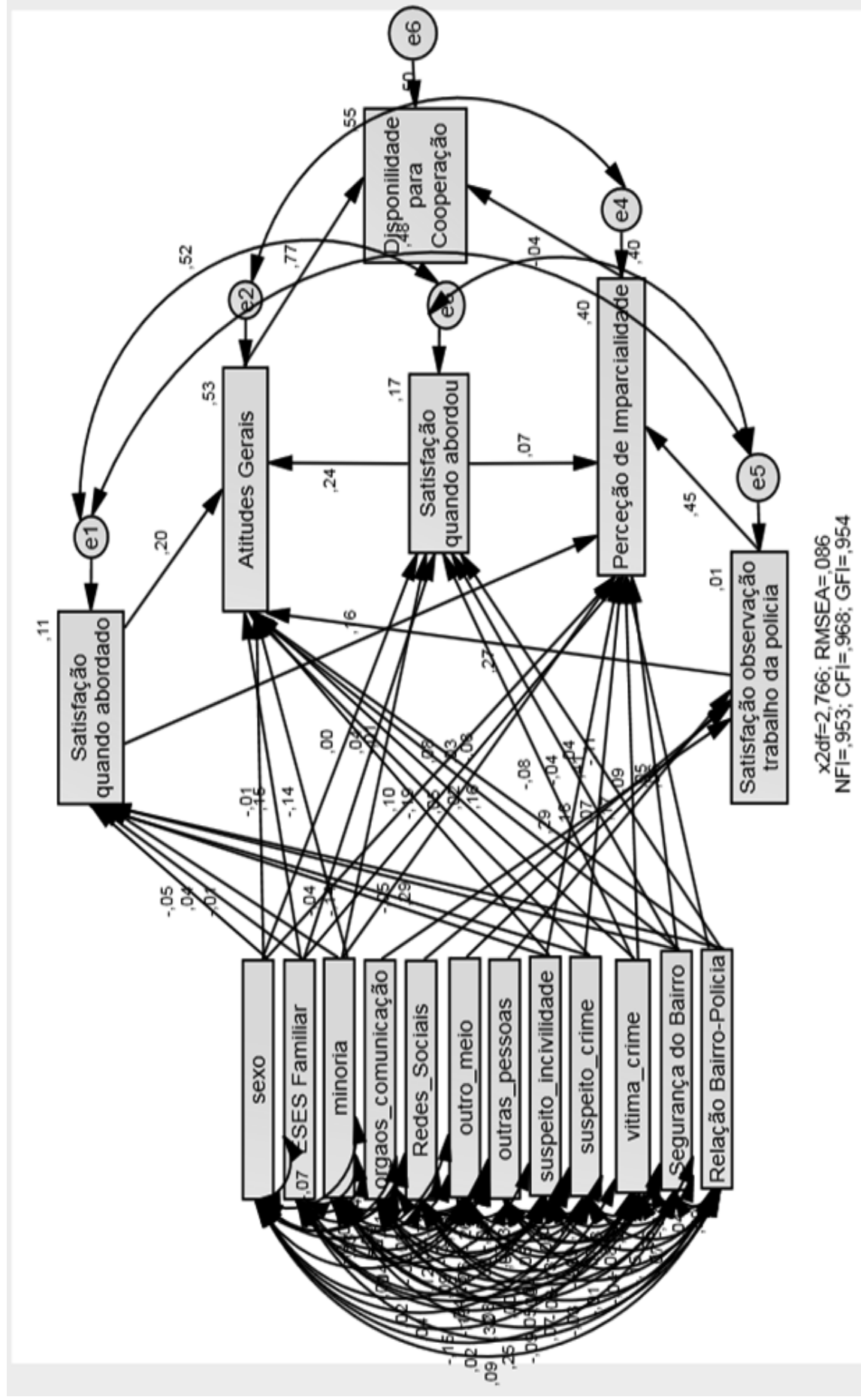


Figura 8 - Modelo de Equações Estruturais aplicado através do software AMOS (modificado)

Tabela 21 - Resultados do Modelo de Equações Estruturais (modificado)

Variáveis Independentes	Variáveis Dependentes	B	b	t	p
Sexo	Atitudes Gerais	-0.03	-0.02	-0.33	0.743
	Imparcialidade	0.17	0.08	1.61	0.107
	Satisfação quando abordado	-0.11	-0.05	-0.84	0.402
	Satisfação quando aborda	0.00	0.00	0.02	0.983
ESES Familiar	Atitudes Gerais	0.20	0.15	3.05	0.002
	Imparcialidade	0.06	0.03	0.60	0.548
	Satisfação quando abordado	0.08	0.04	0.66	0.511
	Satisfação quando aborda	0.07	0.04	0.69	0.492
Pertença a Minoria	Atitudes Gerais	-0.35	-0.14	-3.12	0.002
	Imparcialidade	-0.25	-0.08	-1.58	0.114
	Satisfação quando abordado	-0.05	-0.01	-0.24	0.808
	Satisfação quando aborda	-0.04	-0.01	-0.24	0.809
Satisfação quando abordado (contacto direto involuntário)	Atitudes Gerais	0.14	0.20	3.46	<0.001
	Imparcialidade	0.13	0.16	2.36	0.018
Satisfação quando abordou (contacto direto voluntário)	Atitudes Gerais	0.18	0.24	4.16	<0.001
	Imparcialidade	0.06	0.07	1.04	0.299
Satisfação indirecta	Atitudes Gerais	0.20	0.27	5.32	<0.001
	Imparcialidade	0.41	0.46	7.83	<0.001
Informação por redes sociais	Satisfação Indirecta	0.43	0.18	0.44	0.661
Informação por órgãos de comunicação social		0.67	0.29	0.68	0.499
Informação por outros meios		0.51	0.07	0.48	0.634
Informação por outras pessoas		0.65	0.17	0.65	0.519
Segurança do Bairro	Atitudes Gerais	0.01	0.02	0.35	0.728
	Imparcialidade	0.03	0.05	0.75	0.450
	Satisfação quando abordado	-0.03	-0.05	-0.79	0.429
	Satisfação quando aborda	-0.02	-0.04	-0.57	0.570
Relação Bairro- Policias	Atitudes Gerais	0.06	0.16	2.69	0.007
	Imparcialidade	0.03	0.06	0.82	0.410
	Satisfação quando abordado	0.15	0.29	4.32	<0.001
	Satisfação quando aborda	0.20	0.41	6.15	<0.001
Suspeito de incivilidade	Atitudes Gerais	0.41	0.10	1.54	0.124
	Imparcialidade	0.21	0.04	0.57	0.565
	Satisfação quando abordado	-0.24	-0.04	-0.56	0.574
Suspeito de Crime	Atitudes Gerais	-0.58	-0.19	-2.83	0.005
	Imparcialidade	-0.40	-0.11	-1.44	0.151
	Satisfação quando abordado	-0.61	-0.14	-1.94	0.053
Vítima de Crime	Atitudes Gerais	0.10	0.06	1.18	0.239
	Imparcialidade	0.19	0.09	1.70	0.090
	Satisfação quando aborda	-0.19	-0.08	-1.66	0.096
Atitudes Gerais	Disponibilidade para cooperação	0.90	0.77	13.14	<0.001
Percepções de Imparcialidade	Disponibilidade para cooperação	-0.03	-0.04	-0.62	0.539

5.5.1. Discussão de resultados e teste de hipóteses

Consoante os diversos testes estatísticos aplicados, mais precisamente, o MEE aplicado (ver Figuras 4 e 5), inferiu-se a veracidade das hipóteses:

- A **hipótese 1a** se encontra parcialmente verificada, visto que foi possível observar uma relação estatisticamente significativa e positiva entre o nível do ESES da família do jovem e as suas atitudes gerais relativamente aos Polícias da PSP, mas não com as percepções sobre a imparcialidade.
- A **hipótese 1b** encontra-se parcialmente verificada, uma vez que se verificou uma relação significativa e positiva entre as atitudes gerais relativas aos Polícias com as percepções sobre a relação das pessoas do bairro, mas não com a percepção quanto à segurança do bairro, não havendo qualquer correlação entre estas duas variáveis com as percepções sobre a imparcialidade.
- A **hipótese 1c** encontra-se parcialmente verificada, por se observar uma relação significativa e negativa entre a pertença a um grupo social minoritário com as atitudes gerais relativamente aos Polícias, mas não com as percepções sobre a imparcialidade face aos Polícias. A hipótese 1d encontra-se refutada, uma vez que através do MEE é possível observar que não existe uma relação significativa entre o sexo e as atitudes.

- As **hipóteses 2a e 2c** foram verificadas, ao se observar uma relação positiva e significativa entre a satisfação pelos contactos diretos involuntários e pelos contactos indiretos com as atitudes gerais e percepções sobre a imparcialidade relativamente aos Polícias. Já a hipótese 2b foi parcialmente verificada, ao se observar uma relação positiva e significativa entre a satisfação com os contactos diretos voluntários com as atitudes gerais relativamente aos Polícias, mas não com as percepções sobre a imparcialidade.
- A **hipótese 3a foi parcialmente verificada**, dada a correlação significativa e negativa entre o contacto derivado de um jovem ter sido suspeito de um crime com a satisfação com os contactos involuntários com os Polícias e com as atitudes gerais, mas não com as percepções sobre a imparcialidade. Não existindo qualquer relação significativa entre o contacto derivado de um jovem ser suspeito de cometer uma incivildade com as restantes variáveis no MEE, a hipótese 3b foi refutada. Apesar de se ter verificado uma relação negativa e significativa entre o contacto derivado de vitimação prévia e a satisfação com as interações voluntárias com os Polícias, o mesmo não aconteceu com as atitudes gerais e percepções sobre a imparcialidade, não se verificando na totalidade a hipótese 3c.
- A **hipótese 4** foi parcialmente verificada, dada a relação significativa e positiva entre a disponibilidade em cooperar com os Polícias e as atitudes gerais, mas não com as percepções sobre a imparcialidade.

Em suma, relativamente às atitudes gerais relativas aos Polícias, os resultados obtidos nesta análise apontam tanto para a importância da satisfação com as interações diretas e indiretas com os Polícias, como para a possível influência do contexto de vida e das atitudes do grupo ou comunidade em que o jovem se insere, demonstrando-se a relevância da formação dos Polícias para a forma como interagem com os cidadãos, do estudo de formas eficazes de melhorar a satisfação nos meios indiretos de obtenção de informação, como os meios digitais, e ainda de se procurar melhorar as relações dos Polícias com comunidades específicas através do policiamento comunitário (Mbuba, 2010), denominado policiamento de proximidade na realidade portuguesa (ver Elias, 2018).

Já quanto às percepções sobre a imparcialidade relativamente aos Polícias, realça-se, por um lado, o efeito das interações diretas involuntárias com os Polícias e, por outro, o impacto da satisfação com as interações indiretas com os Polícias, podendo-se assumir que esta componente das atitudes é moldada ou construída, maioritariamente, pelo que o jovem observa ou tem conhecimento nos meios digitais ou através das pessoas que o rodeiam.

Conclusões

Procurámos explorar o conceito de atitude no âmbito da Psicologia Social, na tentativa de compreender os fundamentos teóricos deste construto e, sobretudo, a sua influência nas relações e interações sociais. Neste sentido, foi possível observar que as atitudes se entendem como uma predisposição mental de um indivíduo quanto a percepções avaliativas relativas a uma determinada entidade, sendo formadas ou alteradas pelos mais diversos fenómenos inerentes às experiências individuais na vida social. Posteriormente, analisámos a literatura relativa às atitudes face aos Polícias, explorando não só os fenómenos e variáveis que podem ser responsáveis pela sua formação e mudança, mas também o seu papel em moldar os comportamentos. Foram possíveis extrapolar diversos fatores, tanto dependentes dos Polícias e da sua atuação como outros cuja PSP tem um menor controlo ou até uma incapacidade de influir, concluindo-se que a construção de atitudes positivas relativamente aos Polícias é fundamental para uma melhor eficácia e eficiência na prossecução da missão desta instituição, pelo seu papel na cooperação e forma de agir dos jovens quando confrontados com os Polícias.

Após obtido este conhecimento, foram analisadas possíveis formas de medir as diferentes variáveis, sendo estas posteriormente correlacionadas de forma isolada e através de um MEE, criado com base nas relações isoladas e na revisão de literatura. É de extrema importância referir que, devido ao tipo de amostra, estes resultados e conclusões não são representativos da realidade portuguesa, não devendo, no entanto, serem desconsiderados.

No sentido de completar os objetivos desta investigação, uma observação mais específica aos dados recolhidos, nomeadamente pela análise do beta padronizado (b) na Tabela 17 no MEE modificado, é possível inferir, até certo ponto, que as variáveis que mais influenciam as atitudes gerais são, de forma decrescente, a satisfação com as interações indiretas, a satisfação quando um jovem aborda os Polícias, a satisfação quando um jovem é abordado pelos Polícias, os jovens que têm um contacto com Polícias derivado de serem suspeitos de um crime, a perceção dos jovens quanto à relação das pessoas do bairro com vizinhança com os Polícias, o ESES familiar, e, por fim, a pertença a uma minoria social. Do mesmo modo, quanto às perceções sobre a imparcialidade, é possível observar que o maior efeito se origina da satisfação com as interações indiretas, da satisfação com os contactos diretos involuntários e, tendencialmente, dos jovens que tiveram contactos com os Polícias derivado de serem vítimas de um crime.

Delineadas as correlações obtidas, infere-se que, para melhorar as atitudes gerais dos jovens relativamente aos Polícias e, por sua vez, a disponibilidade destes em cooperar com os Polícias a PSP deve focar-se, maioritariamente, nos aspetos relacionados com as atitudes gerais, mas, quando o objetivo é influenciar as perceções sobre a imparcialidade, o foco poderá passar pelas variáveis que se relacionam com esta componente. As conclusões enunciadas poderão coadjuvar os gestores da PSP no sentido de realizarem um trabalho mais eficaz e eficiente quanto a esta vertente.

Referências bibliográficas

- Adler, N., Singh-Manoux, A., Schwartz, J., Stewart, J., Matthews, K. & Marmot, M. (2008). Social status and health: A comparison of British civil servants in Whitehall-II with European- and African-Americans in CARDIA. *Social Science & Medicine*, 66(5), 1034-1045. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed>.
- Ajzen, I. (2001). Nature and operation of attitudes. *Annual review of psychology*, 52(1), 27-58.
- Albarracín, D., Johnson, B. T., & Zanna, M. P. (2005). *The handbook of attitudes*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Albarracín, D., Sunderrajan, A., Lohmann, S., Chang, S. & Jiang, D. (2019). *The Psychology of Attitudes, Motivation, and Persuasion*. Em Albarracín, D. & Johnson, B. *The Handbook of Attitudes, Volume 1: Basic Principles*. Nova Iorque: Routledge.
- Albarracín, D. & Vargas, P. (2010). Attitudes and persuasion: From biology to social responses to persuasive intent. Em *Handbook of social psychology* (5.ª ed.). Editado por Fiske, S. T., Gilbert, D. T. e Lindzey, G., 394-427. Hoboken, NJ: Wiley. doi: 10.1002/9780470561119
- Allport, G. W. (1935). Attitudes. Em C. A. Murchison (Ed.), *A handbook of social psychology* (pp. 798 – 844). Worcester, MA: Clark University Press. Retirado de PsycNetapa.org: <https://psycnetapa.org/record/1935-19907-010>
- Alves, D. (2016). *Uso excessivo da força: questões jurídicas, técnico-policiais e sociais*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- Amir, D., Vallenggia, C., Srinivasan, M., Sugiyama, L. S., & Dunham, Y. (2019). Measuring subjective social status in children of diverse societies. *PLOS ONE*, 14(12), e0226550. doi: 10.1371/journal.pone.0226550
- Antunes, J. (2019). *Segurança Interna: Vulnerabilidade ao Stress e Burnout na Polícia de Segurança Pública*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- Araújo, C. M. D., & Lopes de Oliveira, M. C. S. (2013). Contribuições de Bourdieu ao tema do desenvolvimento adolescente em contexto institucional socioeducativo. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 8(2), 215-224. Retirado de: <http://www.seer.ufsj.edu.br>
- Archer, J. & Lloyd, B. (2002). *Sex and Gender* (2.ª Ed.). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9781139051910
- Artusi, R., Verderio, P., & Marubini, E. (2002). Bravais-Pearson and Spearman correlation coefficients: meaning, test of hypothesis and confidence interval. *The International journal of biological markers*, 17(2), 148-151. Retirado de <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/172460080201700213>.
- Avdija, A. S. (2010). The Role of Police Behavior in Predicting Citizens' Attitudes Toward the Police. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 6, pp. 15-29.
- Banaji, M. R. & Heiphetz, L. (2010). Attitudes. Em Fiske, S. T., Gilbert, D. T., & Lindzey, G. (5.ª Ed.). *Handbook of Social Psychology*, Volume 1. John Wiley & Sons.
- Baron, R. Byrne, D., Suls, J. (1989) *Exploring Social Psychology, Engineering and Project Management* (3.ª Ed.). Allyn and Bacon, Universidade de Michigan.
- Bechhofer, F., & Paterson, L. (2000). *Principles of Research Design in the Social Sciences* (1.ª Ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203136720>
- Bell, J. (2010). *Como Realizar um Projecto de Investigação* (5.ª ed.). (G. Valente, Ed.) Gradiva.

- Bendit, René. (2006). Youth sociology and comparative analysis in the European Union member states. *Papers: Revista de Sociologia*, pp. 49-76. Retirado de Raco.cat: <https://www.raco.cat/index.php/Papers/article/view/51823>
- Bergman, M. (1998). A theoretical note on the differences between attitudes, opinions, and values. *Swiss Political Science Review*, 4(2), 81-93. doi: 10.1002/j.1662-6370.1998.tb00239.x
- Bohan, J. S., & Russell, G. M. (1999). *Conversations about psychology and sexual orientation*. NYU Press.
- Bohner, G., and N. Dickel (2011). Attitudes and attitude change. 62, (pp. 391-417). doi: 10.1146/annurev.psych.121208.131609
- Bogardus, E. S. (1925). Measuring social distances. *Journal of Applied Sociology*, 9, 299 – 308.
- Bourdieu, P. (2007). Outline of a Theory of Practice. Em Lawrence, B & Karim A. (Ed.), *On Violence*, 189-198. Nova Iorque, EUA: Duke University Press. <https://doi.org/10.1515/9780822390169-024>
- Bornstein, M. H., Hahn, C. S., Suwalsky, J. T. D., & Haynes, O. M. (2003). Socioeconomic status, parenting, and child development: The Hollingshead Four-Factor Index of Social Status and The Socioeconomic Index of Occupations. Em M. H. Bornstein & R. H. Bradley (Ed.), *Monographs in parenting series. Socioeconomic status, parenting, and child development* (p. 29-82). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Bradford, B. (2012). Policing and Social Identity: Procedural Justice, Inclusion, and Cooperation between Police and Public. *Legal Research Paper Series*, 1-24. doi: 10.1080/10439463.2012.724068
- Bradford, B., Jackson, J. & Stanko, E. (2009). Contact and confidence: revisiting the impact of public encounters with the police. *Policing and Society*, 19(1), 20-46, doi: 10.1080/10439460802457594
- Bradley, R. H., & Corwyn, R. F. (2002). Socioeconomic Status and Child Development. *Annual Review of Psychology*, 53(1), 371-399. doi: 10.1146/annurev.psych.53.100901.135233
- Breed, W., & Ktsanes, T. (1961). Pluralistic Ignorance in the Process of Opinion Formation. *Public Opinion Quarterly*, 25(3), 382. doi: 10.1086/267034
- Brick, B., Taylor, T., & Esbensen, F. (2009). Juvenile attitudes towards the police: The importance of subcultural involvement and community ties. *Journal of Criminal Justice*, 37, 488-495. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2009.07.009
- Bridenball, B., & Jesilow, P. (2008). What Matters. *Police Quarterly*, 11(2), 151-181. doi: 10.1177/1098611107313942
- Brown, B., & Benedict, R. (2002). Perceptions of the Police: Past Findings, Methodological Issues, Conceptual Issues and Policy Implications. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 25, 543-580. doi: 10.1108/13639510210437032
- Cabecinhas, R. & Amâncio, L. (2004). Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. *Atas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Universidade do Minho. Braga.
- Cacioppo, J. T., Crites, S. L., Berntson, G. G., & Coles, M. G. (1993). If attitudes affect how stimuli are processed, should they not affect the event - related brain potential? *Psychological Science*, 4, 108 – 112.
- Caliso, R. A., Canare, T. A., & Garcia, E. M. (2017). Shaping the Public Perception toward Local Authorities: The Role of Perceived Social, Economic, and Political Insecurities. *Asian Institute of Management*.
- Campehouldt, L., Marquet, J., & Quivy, R. (2017). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (5ª ed.)*. (J. Marques, M. Mendes, M. Carvalho, & I. Lopes, Trads.) Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, H. F. (2006). A quantificação do estatuto socioeconómico em populações contemporâneas e históricas: dificuldades, algumas orientações e importância na investigação orientada para a saúde. *Antropologia Portuguesa*, 22(23), 247-272.
- Carvalho, M. (2019). Delinquência juvenil: um velho problema, novos contornos. *Jornadas de direito criminal da comarca de santarém – a constituição da república portuguesa e a delinquência juvenil*. Artigo apresentado no Centro de Estudos Judiciais, 79-106. Retirado de <http://hdl.handle.net/10362/92009>
- Cerclé, A., & Somat, A. (1999). Atitudes e Alterações das Atitudes. *Manual de Psicologia Social* (pp. 165-197). Lisboa: Instituto Piaget
- Chaiken, S., & Eagly, A. H. (1983). Communication modality as a determinant of persuasion: The role of communicator salience. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45(2), 241-256. doi: 10.1037/0022-3514.45.2.241
- Chermak, S., McGarrell, E. & Gruenewald, J. (2006). Media coverage of police misconduct and attitudes toward police. *Policing: An International Journal*, 29 (2), 261-281. <https://doi.org/10.1108/13639510610667664>
- Chow, H. (2011). Adolescent attitudes toward the police in a western Canadian city. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 34, 638-653.
- Clemente, P. (2010). Polícia e segurança: breves notas. *Lusiada. Política internacional e segurança*, 4, p. 139-169. doi: 10.34628/ptq5-kz27
- Coimbra, C., Bocco, F. & Nascimento, M. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11. Retirado de Redalyc.org: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2290/229017444002>
- Coulton, C. J., Korbin, J. E., & Su, M. (1996). Measuring neighborhood context for young children in an urban area. *American Journal of Community Psychology*, 24(1), 5-32. doi:10.1007/bf02511881
- Couper, M. P. (2000). Web Surveys: A Review of Issues and Approaches. 64, 464-494.

- Craemer, T. (2007). An evolutionary model of racial attitude formation: Socially shared and idiosyncratic racial attitudes. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 614, 74-101.
- Crano, W. & Prislín, R. (2006). Attitudes and Persuasion. *Annual review of psychology*, 57, 345-74. doi: 10.1146/annurev.psych.57.102904.190034.
- Cristina, A. S. (2014). Desigualdades socioeconómicas no tabagismo em jovens dos 15 aos 17 anos: estudo SILNE. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Cristina, A., Alves, J., & Perelman, J. (2016). Desigualdades socioeconómicas no tabagismo em jovens dos 15 aos 17 anos. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 34 (1), 69-76. doi: 10.1016/j.rpsp.2015.09.002
- Cummins, R.A. & Gullone, E. (2000). Why we should not use 5-point Likert scales: The case for subjective quality of life measurement. *Proceedings, Second International Conference on Quality of Life in Cities*, 74-93. Singapura: National University of Singapore. Retirado de: <https://www.researchgate.net/file.PostFileLoader.html?id=586e1b0bed99e1fee15524a1&assetKey=AS%3A447110639296516%401483610891715>
- da Silveira, E. (2009). Sociologia das emoções: o sentimento como fenómeno resultante de processos sociais. *Revista Sociologia Ciência & Vida*, 23, 18-27. São Paulo.
- Damásio, M. (2017), *A Estranha Ordem das Coisas – a vida, os sentimentos e as culturas humanas*. Lisboa: Círculo de Leitores
- de Sousa, A. F. (2016). *Manual de Direito Policial: Direito da ordem e segurança públicas*. Vida Economica Editorial. Retirado de [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=h7tJDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA19&dq=de+Sousa,+A.+F.+\(2016\).+Manual+de+Direito+Policial:+Direito+da+ordem+e+seguran%C3%A7a+p%C3%BAblicas.+Vida+Economica+Editorial.&ots=zX7rNXJwX&sig=9aaOPhPCS_cQ8YBV03APdoxrYN0&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=h7tJDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA19&dq=de+Sousa,+A.+F.+(2016).+Manual+de+Direito+Policial:+Direito+da+ordem+e+seguran%C3%A7a+p%C3%BAblicas.+Vida+Economica+Editorial.&ots=zX7rNXJwX&sig=9aaOPhPCS_cQ8YBV03APdoxrYN0&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)
- DeBord, K. A., Fischer, A. R., Bieschke, K. J., & Perez, R. M. (2017). *Handbook of sexual orientation and gender diversity in counseling and psychotherapy* (pp. xiv-468). American Psychological Association.
- Defleur, M. L., & Westie, F. R. (1963). Attitude as a scientific concept. *Social Forces*, 42(1), 17-31. <https://doi.org/10.2307/2574941>
- Departamento das Nações Unidas de Assuntos Económicos e Sociais (s.d.). Definition of Youth. Retirado de: <https://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-definition.pdf>
- Development Services Group, Inc. (2018). Interactions between Youth and Law Enforcement. Literature review. Washington, D.C.: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. Retirado de: <https://www.ojjdp.gov/mpg/litreviews/Interactions-Youth-Law-Enforcement.pdf>
- Diani, M. (1992). The Concept of Social Movement. *The Sociological Review*, 40(1), 1-25. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x>
- Dowler, K. (2002). Media Influence on Citizen Attitudes Toward Police Effectiveness. *Policing and Society*, 12 (3), 227-238. doi: 10.1080/10439460290032369
- Dunham, R., & Alpert, G. (1988). Neighborhood differences in attitudes toward policing: Evidence for a mixed-strategy model for policing in a multi-ethnic setting. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 79, 504-521. doi: 10.2307/1143473
- Durkheim, É. (1894). Les Règles de la Méthode Sociologique. *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, 37, 465-498. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/41075966>
- Durkheim, É. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 6(3), 273-302. Retirado de Northwestern.edu: <https://jclc.law.northwestern.edu/>
- Durkheim, É. (2007). *As Regras do Método Sociológico* (3.ª ed.). (P. Neves, Trad.) São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1895).
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Orlando, FL: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Edwards, A. L. (1983). *Techniques of attitude scale construction*. Ardent Media.
- Elias, L. (2018). Ciências Policiais e Segurança Interna: desafios e prospetiva. 351-741. Lisboa: ISCPSI.
- Entwislea, D. R., & Astone, N. M. (1994). Some Practical Guidelines for Measuring Youth's Race/Ethnicity and Socioeconomic Status. *Child Development*, 65(6), 1521-1540. doi: 10.1111/j.1467-8624.1994.tb00833.x
- Epley, N. & Waytz, A. (2010). Mind Perception. Em Fiske, S. T., Gilbert, D. T., & Lindzey, G. (5.ª Ed.). *Handbook of Social Psychology*, Volume 1. John Wiley & Sons.
- European Comission. (dezembro de 2019). European Comission: Public Opinion. Obtido em 16 de fevereiro de 2021, de <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Chart/getChart/chartType/gridChart/themeKy/18/groupKy/88/savFile/850>
- Factor, R., Castelo, J. & Rattner, A. (2014). Procedural justice, minorities, and religiosity. *Police Practice and Research*, 15(2), 130-142, doi: 10.1080/15614263.2013.874171
- Fagan, J., & Tyler, T. R. (2005). Legal socialization of children and adolescents. *Social justice research*, 18(3), 217-241.
- Farias, S. & Santos, R. (2000). Modelagem de equações estruturais e satisfação do consumidor: uma investigação teórica e prática. *Revista de Administração Contemporânea*, 4(3), 107-132. doi: 10.1590/S1415-6555200000300007
- Farr, Robert (1994) Attitudes, social representations and social attitudes. *Papers on social representations*, 3 (1). pp. 30-33. Retirado de Psr.jku.at: http://www.psr.jku.at/PSR1994/3_1994Farr.pdf

- Fazio, R. H. (2007). Attitudes as object - evaluation associations of varying strength. *Social Cognition*, 25, 603-637. doi: 10.1521/soco.2007.25.5.603
- Ferreira, N. J. (2017). *A Comunicação de Crise: Contributo para a atividade operacional da Polícia*. Lisboa: ISCPSI.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Fine, A., Padilla, K., & Tom, K. (2020). Police Legitimacy: Identifying Developmental Trends and Whether Youths' Perceptions Can be Changed. *Journal of Experimental Criminology*. doi: 10.1007/s11292-020-09438-7
- Fraser, C. (1994). Attitudes, social representations and widespread beliefs. *Papers on social representations*, 3, 13-25. Retirado de ResearchGate.net: https://www.researchgate.net/publication/289066366_Atitudes_Social_Representations_and_Widespread_Beliefs
- Freire, Teresa & Fonte, Carla (2007). Escala de atitudes face ao lazer em adolescentes e jovens adultos. *Paidéia*, 17(36), 79-87. doi: 10.1590/S0103-863X2007000100008.
- Freitas, D. F., Coimbra, S., Marturano, E. M., & Fontaine, A. M. (2015). Adaptação da Escala de Discriminação Quotidiana para Jovens Portugueses. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), 708-717. <https://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528408>
- Frias, J. (2012). *A percepção da actividade policial: Condicionantes da actividade da PSP face ao sentimento de insegurança*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- Gabinete de Estudos e Planeamento (2018). *Relatório de Atividades*. Lisboa, Portugal: Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública. Retirado de: https://www.essp.pt/media/filer_public/2a/e9/2ae9fe53-2bc0-41df-83b1-bbda19ab3f94/normas_de_elaboracao_de_trabalhos_escritos_v2.pdf
- George, D. & Mallery P (2003). *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference (11.0 update) (4.ª Ed.)*. Boston: Allyn & Baco. Retirado de <https://wps.ablongman.com/wps/media/objects/385/394732/george4answers.pdf>.
- Giordano, P. (1976). The sense of injustice? An analysis of juveniles' reactions to the justice system. *Criminology*, 14, 93-111.
- Glasman, L. R., & Albarracín, D. (2006). Forming attitudes that predict future behavior: A meta-analysis of the attitude-behavior relation. *Psychological Bulletin*, 132, 778-822.
- Gold, M., & Douvan, E. (1997). *A New Outline of Social Psychology*. American Psychological Association.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self- esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102, 4 – 27.
- Hair, J. Anderson, R., Babin, B. & Black, W. (2010). *Multivariate Data Analysis: A Global Perspective (7.ª Ed.)*. Londres: Pearson Education.
- Hall, S. (2021). *The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation (2017)*. Em *Racism in America* (pp. 130-141). Harvard University Press.
- Hammond, A., Sloboda, Z., Tonkin, P., Stephens, R., Teasdale, B., Grey, S., & William, J. (2008). Do adolescents perceive police officers as credible instructors of substance abuse prevention programs? *Health Education Research*, 23, 682-696.
- Hill, M. & Hill, A. (2012). *Investigação por Questionário (2.ª Ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.2/8497>.
- Hinds, L. (2009). Youth, police legitimacy and informal contact. *Journal of police and criminal psychology*, 24(1), 10-21.
- Holm, N., Pedersen, L. & Pettersen, E. (2020). Youth, gender, and perceptions of security in Norway. *International Journal of Adolescence and Youth*, 25(1), 421-434. doi: 10.1080/02673843.2019.1669060
- Hunt, S., Alonso, J., Bucquet, D., McKenna, W. (1991). Cross-cultural adaptation of health measures. *Health Policy*, 19(2), 33-44. [http://dx.doi.org/10.1016/0168-8510\(91\)90072-6](http://dx.doi.org/10.1016/0168-8510(91)90072-6)
- Intravia, J., Thompson, A., & Pickett, J. (2020). Net legitimacy: internet and social media exposure and attitudes toward the police. *Sociological Spectrum*, 40 (1), 58-80. doi: 10.1080/02732173.2020.1720554
- Intravia, J., Wolff, K. & Piquero, A. (2018). Investigating the Effects of Media Consumption on Attitudes Toward Police Legitimacy. *Deviant Behavior*, 39 (8), 963-980. doi: 10.1080/01639625.2017.1343038
- Jackson, Jonathan & Bradford, Ben. (2019). *Measuring Public Attitudes towards the Police*. doi: 10.13140/RG.2.2.36499.84003
- Jansen, K. J., Corley, K. G., & Jansen, B. J. (2007). *E-Survey Methodology*. Estados Unidos da América: Idea Group Inc. doi: 10.4018/978-1-59140-792-8.ch001
- Jesilow, P., Meyer, J., & Namazzi, N. (1995). Public Attitudes Toward the Police. *American Journal of Police*, XIV (2), 67-88.
- Johnson, M. & Junker, B. (2014). *Attitude Scaling*. Wiley Statsref: Statistics Reference Online, 1-11. doi: 10.1002/9781118445112.stat063797
- Jovchelovitch, S. (2001). *Social representations, public life and social construction*. London: LSE Research Online. Retirado de: <http://eprints.lse.ac.uk/2649>
- Kaplan, A. (1975). *A conduta na pesquisa: Metodologia para as ciências do comportamento (2 Ed.)*. São Paulo: E.P.U.
- Kassin, S. M., Fein, S., Markus, H. R., & Brehm, S. S. (2013). Attitudes. In *Social psychology (9.ª ed)*. Belmont, Estados Unidos da América: Cengage Learning.
- Kim, H. (2013). Statistical notes for clinical researchers: assessing normal distribution (2) using skewness and kurtosis. *Restorative dentistry & endodontics*, 38(1), 52. doi: 10.5395/rde.2013.38.1.52

- Klem, L. (1995). Path analysis. Em L. G. Grimm & P. R. Yarnold (Ed.), *Reading and understanding multivariate statistics* (p. 65–97). American Psychological Association. Retirado de <https://psycnet.apa.org/record/1995-97110-003>.
- Kraus, S. J. (1995). Attitudes and the prediction of behavior: A meta-analysis of the empirical literature. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 58–75.
- Lane, S. T. M. (2017). *O que é psicologia social*. Brasiliense.
- Lawrence, R., 2000. *The Politics of Force*. CA: University of California Press. Retirado de Google.pt: https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=C7gwDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR11&dq=Lawrence,%20AB,+2000.+The+Politics+of+Force&ots=xVJy7qlhGZ&sig=edAykjfWU9H15YzdmNk9URee5xo&redir_esc=y#v=onepage&q=Lawrence%20C%20AB%202000.%20The%20Politics%20of%20Force&f=false
- Leiber, Michael J., Nalla, M. & Farnworth, M. (1998). Explaining Juveniles' Attitudes toward the Police. *Justice Quarterly*, 15, 151-174. doi: 10.1080/07418829800093671
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 140, 1 – 55.
- Lima, L. d., & Nassaro, A. L. (2011). *Estratégias de Policiamento Preventivo: "Indiferença Zero". Uma Boa Experiência de Polícia* (1.ª ed.). São Paulo: Triunfal.
- Lindsay, P. H., & Norman, D. A. (2013). *Human information processing: An introduction to psychology*. Academic press.
- Lleras, C. (2005). Path analysis. *Encyclopedia of social measurement*, 3(1), 25-30. Retirado de researchgate.net.
- Lynn, P. (2013). Issues of Coverage and Sampling in Web Surveys for the General Population: An Overview. *NCRM Web Survey Network Opening Conference*, (p. 7). Londres.
- McHugh, M. L. (2013). The chi-square test of independence. *Biochemia medica*, 23(2), 143-149. <https://doi.org/10.11613/BM.2013.018>
- Maciel, O., Nunes, A., & Claudino, S. (2014). Recurso ao Inquérito por Questionário na Avaliação do Papel das Tecnologias de Informação Geográfica no Ensino de Geografia. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 153-177. doi: 10.17127/got/2014.6.010
- Maio, G. R., & Olson, J. M. (2000). What is a "value-expressive" attitude. *Why we evaluate: Functions of attitudes*, 249-269.
- Maneesriwongul, W., & Dixon, J. K. (2004). Instrument translation process: a methods review. *Journal of Advanced Nursing*, 48 (2), 175–186. doi: 10.1111/j.1365-2648.2004.03185.x
- Malczewski, E. (2013). Durkheim's Sui Generis Reality and the Central Subject Matter of Social Science. Em E. Malczewski, & H. F. Dahms (ed.), *Social Theories of History and Histories of Social Theory (Current Perspectives in Social Theory)*, (Vol. 31, pp. 161-175). Emerald Group Publishing Limited. doi: 10.1108/S0278-1204(2013)0000031004
- Maguire, E. & Johnson, D. (2010). Measuring public perceptions of the police. *Policing: An International Journal of Police Strategies and Management*, 33, 703-730.
- Marconi, M. D., & Lakatos, E. M. (2017). *Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* (8.ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics: 7ª edição*. ReportNumber, Lda.
- Marôco, J. (2010b). *Análise de Equações estruturais: fundamentos teóricos, software e aplicações*.
- Marôco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a Fiabilidade do Alfa de Cronbach? *Questões Antigas e Soluções Modernas? Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90. Retirado de <http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/lp/article/view/763/706>.
- Maruyama, G. (1998). *Basics of structural equation modeling*. Sage.
- Mbuba, J. M. (2010). Attitudes Toward the Police: The Significance of Race and Other Factors Among College Students. *Journal of Ethnicity in Criminal Justice*, 8(3), 201–215. doi:10.1080/15377938.2010.502846
- McGuire, W. J. (1968). The nature of attitudes and attitude change. Em G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (pp. 136 – 314). Reading, MA: Addison - Wesley.
- McGuire, W. J. (1985). The nature of attitude and attitude change. Em G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *Handbook of social psychology* (pp. 233 – 346). Reading, MA: Addison - Wesley.
- Medeiros, G. (2018). *Continuidade e mudança nas atitudes sociais face à PSP - uma análise exploratória*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- Michael, A. & Joanne, R. (2007). Attitudes in social context: A social identity perspective. *European Review of Social Psychology*, 18(1), 89-131. doi: 10.1080/10463280701592070
- Montuschi, E. (2003). *Objects of social science*. A&C Black. Retirado de
- Morgan, M. (2016). Matthen, M. (Ed). *The Oxford Handbook of Philosophy of Perception*. *Perception*, 45(6), 711–713. <https://doi.org/10.1177/0301006616647532>
- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. (Cabras, A., Trad.) Brasil: Rio de Janeiro.
- Moscovici, S. (1979). *El Psicoanálisis, su Imagen y su Público*. (Finetti, N. M., Trad.) Argentina: Hueml.

- Mota, T. (2010). Qualidade do serviço policial: inquérito de opinião sobre a PSP. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.
- Mueller, C. W., & Parcel, T. L. (1981). Measures of Socioeconomic Status: Alternatives and Recommendations. *Child Development*, 52(1), 13. doi: 10.2307/1129211
- Murphy, K. (2015). Does procedural justice matter to youth? Comparing adults' and youths' willingness to collaborate with police. *Policing and Society*, 25(1), 53-76.
- Myers, L., & Sirois, M. J. (2004). Spearman correlation coefficients, differences between. *Encyclopedia of statistical sciences*. doi: 10.1002/0471667196.ess5050
- Nadal, K. L. & Davidoff, K. C. (2015). Perceptions of Police Scale (POPS): Measuring Attitudes towards Law Enforcement and Beliefs about Police Bias. *American Research Institute for Policy Development*, 3(2), 1-9. doi: 10.15640/jpbs.v3n2a1
- Navarro-Carrillo, G., Alonso-Ferres, M., Moya, M., & Valor-Segura, I. (2020). Socioeconomic Status and Psychological Well-Being: Revisiting the Role of Subjective Socioeconomic Status. *Frontiers in Psychology*, 11. doi: 10.3389/fpsyg.2020.01303
- Neto, F. (1998). *Psicologia social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Nihart, T., Lersch, K.M., Sellers, C.S., & Mieczkowski, T. (2005). Kids, Cops, Parents and Teachers: Exploring Juvenile Attitudes Toward Authority Figures. *Western Criminology Review*, 6(1).
- Nunes, C. (2019). As redes sociais na imagem da marca PSP (Polícia de Segurança Pública). Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Oberwittler, D., & Roché, S. (2017). *Police-Citizen Relations Across the World: Comparing sources and contexts of trust and legitimacy*. Routledge.
- O'Connor, C.D. (2008). Citizen attitudes toward the police in Canada, *Policing: An International Journal*, 31(4), 578-595. <https://doi.org/10.1108/13639510810910571>
- Oliveira, Melina Del'Arco de, & Melo-Silva, Lucy Leal. (2010). Estudantes universitários: a influência das variáveis socio-econômicas e culturais na carreira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 14 (1), 23-34. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000100003>
- Osgood, C. E., Suci, G. J., & Tannenbaum, P. H. (1957). *The measurement of meaning*. Champaign, IL: University of Illinois Press.
- Papachristos, A. V., Meares, T. L., & Fagan, J. (2012). Why do criminals obey the law? The influence of legitimacy and social networks on active gun offenders. *Journal of Criminal Law & Criminology*, 102, 397-440. Retirado de NorthWestern.edu: <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/jclc/vol102/iss2/3>
- Park, A & Brennan, J & Chanfreau, J & Finnegan, J & Griggs, Julian & Kiss, Z. (2015). The effect of Higher Education on graduates' attitudes: Secondary Analysis of the British Social Attitudes Survey. Department of Business innovation and Skills
- Payne, G. & Payne, J. (2004). Attitude scales. Em Payne, G., & Payne, J. Sage. *Key Concepts in Social Research* (pp. 18-22). London: SAGE Publications, Ltd. doi: 10.4135/9781849209397
- Peck, J. H. (2015). Minority perceptions of the police: A state-of-the-art review. *Policing: an international journal of police strategies & management*, 38 (1), 173-203. <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-01-2015-0001>
- Perobelli, F., Oliveira, A., Novy, L. (1999). Planejamento regional e potenciais de desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais na região em torno de Juiz de Fora: uma aplicação da análise fatorial. *Nova Economia*, 9(1), 121-150. Retirado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2194>.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2014). *Análise de dados para ciências sociais - a complementaridade do SPSS (6.ª Ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo. doi: 10.13140/2.1.2491.7284
- Petty, R. E., & Cacioppo, J. T. (1984). The effects of involvement on responses to argument quantity and quality: Central and peripheral routes to persuasion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46(1), 69-81. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.46.1.69>
- Petty, R. E., Wegener, D. T., & Fabrigar, L. R. (1997). Attitudes and attitude change. *Annual Review of Psychology*, 48, 609 - 647.
- Petty, R. & Wegener, D. (1998). Attitude change: Multiple roles for persuasion variables. Em Gilbert, D., Fiske, S. & Lindzey, G. *The handbook of social psychology* (pp. 323-390) McGraw-HillEditors. Retirado de ResearchGate.net: https://www.researchgate.net/publication/260673115_Attitude_change_Multiple_roles_for_persuasion_variables
- Poiares, N. (2018). *As profissões (para) jurídicas em Portugal: Requisitos, mandados e convergências*. Porto: Fronteira do Caos.
- PSP (s.d.). Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade. Retirado a 21 de fevereiro de 2021 de <https://www.psp.pt/Pages/atividades/MIPP.aspx?lang=pt>
- Ouarasse, O. A., & van de Vijver, F. J. (2005). The role of demographic variables and acculturation attitudes in predicting sociocultural and psychological adaptation in Moroccans in the Netherlands. *International Journal of Intercultural Relations*, 29(3), 251-272. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2005.06.005>
- Quinta, M. (2016). Antecedentes da intenção de praticar Voluntariado Jovem: um estudo empírico em Portugal. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Instituto Politécnico do Porto, Porto.

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (Marques, J., Mendes, M., Carvalho, M., Trad.). Portugal: Gradiva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5.ª ed.). Portugal: Gradiva.
- Rao, S. (2004). Faculty attitudes and students with disabilities in higher education: A literature review. *College Student Journal*, 28, 191–198.
- Raposo, J. (2006). Direito policial, Introdução. *Noções Fundamentais, a Polícia em sentido institucional*. Coimbra, Almedina.
- Reisig, Michael D. & Andrew L. Giacomazzi. (1998). Citizen Perceptions of Community Policing: Are Attitudes toward Police Important? *Policing: An International Journal of Police Strategies and Management*, 21(3), 547–561. doi: 10.1108/13639519810228822
- Reisig, M. D., & Cancino, J. M. (2004). Incivilities in nonmetropolitan communities: The effects of structural constraints, social conditions, and crime. *Journal of Criminal Justice*, 32(1), 15–29.
- Reisig, M. D., & Parks, R. B. (2000). Experience, Quality of Life, and Neighborhood Context: A Hierarchical Analysis of Satisfaction with Police. *Em Justice Quarterly* (Vol. 17, pp. 607–630). *Academy of Criminal Justice Sciences*. doi:10.1080/07418820000094681
- Ren, L., Cao, L., Lovrich, N., & Gaffney, M. (2005). Linking confidence in the police with the performance of the police: Community policing can make a difference. *Journal of Criminal Justice*, 33, 55–66. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2004.10.003
- Reynolds, J. J., Estrada-Reynolds, V., & Nunez, N. (2018). Development and validation of the Attitudes Towards Police Legitimacy Scale. *Law and Human Behavior*, 42(2), 119–134. <https://doi.org/10.1037/lhb0000281>
- Rodrigues, A., Assmar, E. M., & Jablonski, B. (2009). Atitudes: Conceito e Formação. *Em Psicologia Social* (27.ª ed., pp. 81–112). Petrópolis: Vozes.
- Rohde, I., & Rohde, K. (2011). Risk attitudes in a social context. *Journal of Risk and Uncertainty*, 43, 205–225. <https://doi.org/10.1007/s11166-011-9127-z>
- Roles, R., Moak, S. C., & ten Bensele, T. (2016). Perceptions of police among Hispanic immigrants of Mexican origin in the southeast United States. *American Journal of Criminal Justice*, 41(2), 202–219. <https://doi.org/10.1007/s12103-015-9299-1>
- Rosenbaum, D. P., Schuck, A. M., Costello, S. K., Hawkins, D. F., & Ring, M. K. (2005). Attitudes Toward the Police: The Effects of Direct and Vicarious Experience. *Police Quarterly*, 8(3), 343–365. <https://doi.org/10.1177/1098611104271085>
- Rosenberg, M. J., & Hovland, C. I. (1960). Cognitive, affective and behavioral components of attitudes. In M. J. Rosenberg (Ed.), *Attitude organization and change* (pp. 1–14). New Haven, CT: Yale University Press.
- Sammut, Gordon. (2015). Attitudes, Social Representations and Points of View. Em G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell, J. Valsiner (Ed.). *The Cambridge Handbook of Social Representations* (pp. 96–112). Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9781107323650.010
- Santo, P. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais*. Lisboa: Sílabo.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Schafer, J. A., Huebner, B. M., & Bynum, T. S. (2003). Citizen Perceptions of Police Services: Race, Neighborhood Context, and Community Policing. *Police Quarterly*, 6(4), 440–468. doi:10.1177/1098611102250459
- Schuck, A. M., Rosenbaum, D. P., & Hawkins, D. F. (2008). The Influence of Race/Ethnicity, Social Class, and Neighborhood Context on Residents' Attitudes Toward the Police. *Police Quarterly*, 11, 496–519. doi:10.1177/1098611108318115
- Schwartz, S. & Bilsky, W. (1987). Toward a Universal Structure of Human Values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550–562.
- Schwarz, N., & Bohner, G. (2001). The construction of attitudes. Em A. Tesser & N. Schwarz (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology* (pp. 436 – 457). Oxford: Blackwell.
- Sergeant, H. (2008). *The Public and the Police*. Londres: Civitas.
- Silva, N., Ferreira, W., Cirillo, M., & Scalón, J. (2014). O uso da análise fatorial na descrição e identificação dos perfis característicos de municípios de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Biometria*, 32(2), 201–215. Retirado de http://jaguar.fcav.unesp.br/RME/fasciculos/v32/v32_n2/A3_Naje_Wederson.pdf
- Silveira, P. G., & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 23(4), 441–453. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2006000400012>
- Sindall, K., McCarthy, D. J., & Brunton-Smith, I. (2016). Young people and the formation of attitudes towards the police. *European Journal of Criminology*, 14(3), 344–364. doi:10.1177/1477370816661739
- Smith, E. R., & DeCoster, J. (2000). Dual - process models in social and cognitive psychology: Conceptual integration and links to underlying memory systems. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 108 – 131.
- Smith, P. E., & Hawkins, R. O. (1973). Victimization, Types of Citizen-Police Contacts, and Attitudes toward the Police. *Law & Society Review*, 8(1), 135. doi:10.2307/3052811
- Smith, E. R., & Semin, G. R. (2004). Socially situated cognition: Cognition in its social context. Em M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 53 – 117). San Diego, CA: Elsevier Academic Press.

- Stalans, L. J. (2007). Community Attitudes toward the Police. Em J. R. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (3ª ed., Vol. 1, pp. 192-195). Estados Unidos da América: Routledge.
- Stoudt, B.G., Fine, M., & Fox, M. (2012). Growing up policed in the age of aggressive policing policies. *New York Law School Review*, 56, 1331-1370.
- Taylor, Terrance J., Turner, K., Esbensen, F. & Winfree, Jr. (2001). Coppin' an Attitude: Attitudinal Differences among Juveniles toward Police. *Journal of Criminal Justice*, 29, 295- 305. doi: 10.1016/S0047-2352(01)00089-7
- Thurstone, L. L. (1928a). Attitudes can be measured. *American Journal of Sociology*, 33, 529 – 554.
- Thurstone, L. L. (1928b). Scale construction with weighted observations. *Journal of Educational Psychology*, 19, 441 – 453.
- Trinkner, R. & Tyler, T. R. (2016). Legal socialization: Coercion versus consent in an era of mistrust. *Annual Review of Law and Social Science*, 12, 417-439.
- Tyler, T. (2001). Public trust and confidence in legal authorities: What do majority and minority group members want from the law and legal authorities? *Behavioral Sciences & the Law*, 19, 215-235.
- Vala, J. (1996). Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. Em J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (9.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (1997). Representações Sociais e Percepções Intergrupais. *Análise Social*, XXXII (140), 7-29.
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento Social e Representações Sociais. Em J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (9.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- van de Vijver, F., & Hambleton, R. (1996). Translating tests: Some practical guidelines. *European Psychologist*, 1(2), 89–99. <https://doi.org/10.1027/1016-9040.1.2.89>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44). <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>
- Visser, P. S. (2010). Attitudes. Em Weiner I. B. & Craighead, W. E. *The Corsini encyclopedia of psychology*, 1(4), 182–184. Vol. Nova Iorque: Wiley. <https://doi.org/10.1002/9780470479216.corpsy0097>
- Visser, P. S., & Mirabile, R. R. (2004). Attitudes in the Social Context: The Impact of Social Network Composition on Individual-Level Attitude Strength. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87(6), 779-795. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.87.6.779>
- Walters, G. D. (2019). Predicting early adolescent offending with criminal victimization and delinquent peer associations by way of negative attitudes toward the police. *Law and Human Behavior*, 43(6), 517–526. <https://doi.org/10.1037/lhb0000341>
- Wardle, J., & Steptoe, A. (2003). Socioeconomic differences in attitudes and beliefs about healthy lifestyles. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 57(6), 440-443. <http://dx.doi.org/10.1136/jech.57.6.440>
- Webb, V., & Marshall, C. (1995). The relative importance of race and ethnicity on citizen attitudes toward the police. *American Journal of Police*, 14, 45-66. doi: 10.1108/07358549510102749
- Webb, V. J. (2007). Attitudes Toward the Police: Overview. Em J. R. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (3ª ed., Vol. 1, pp. 73-79). Estados Unidos da América: Routledge.
- Wiley, S. A., & Esbensen, F.-A. (2016). The Effect of Police Contact: Does Official Intervention Result in Deviance Amplification? *Crime & Delinquency*, 62(3), 283-307. doi:10.1177/0011128713492496
- Wood, J. K., Fabrigar, L. R., (2015). Attitudes. doi: 10.1093/OBO/9780199828340-0074
- Wu, Y., Lake, R., & Cao, L. (2013). Race, Social Bonds, and Juvenile Attitudes toward the Police. *Justice Quarterly*, 32(3), 445–470. doi: 10.1080/07418825.2013.778325
- Wu, Y., Sun, I. Y., & Smith, B. W. (2011). Race, immigration, and policing: Chinese immigrants' satisfaction with police. *Justice Quarterly*, 28(5), 745-774. <https://doi.org/10.1080/07418825.2010.535009>
- Wu, Y., Sun, I. Y., & Triplett, R. A. (2009). Race, Class or Neighborhood Context: Which Matters More in Measuring Satisfaction with Police? *Justice Quarterly*, 26, 125-156. doi:10.1080/07418820802119950
- Zahn, R., Moll, J., Krueger, F., Huey, E. D., Garrido, G., Grafman, J. (2007). Social concepts are represented in the superior anterior temporal cortex. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 104 (15), 6430-6435. doi: 10.1073/pnas.0607061104
- Zaller, J. R., & Feldman, S. (1992). A simple theory of the survey response. *American Journal of Political Science*, 36 , 579 – 616.
- Zanella, L. C. (2011). *Metodologia de Pesquisa* (2.ª ed.). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Zanna, M. P., & Rempel, J. K. (1988). Attitudes: A new look to an old concept. Em Bar-Tal, D. & Kruglanski, A. W. (Eds.), *Social psychology of knowledge* (pp. 315-334). New York: Cambridge University Press.